

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

PIE DADE ANDRÉ MAGINGO BENGUI ZOLA

**Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários: Análise do Cenário
econômico Nacional**

CURITIBA
2015

PIEDADE ANDRÉ MAGINGO BENGUI ZOLA

Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários: Análise do Cenário econômico Nacional

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de especialista no Curso de Pós - Graduação em MBA em Auditoria Integral do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Profa. Mayla Cristina Costa

CURITIBA
2015

AGRADECIMENTOS

Em primeira instância gostaria de agradecer ao homem mais poderoso do universo “Deus”, por me:

Proporcionar e me conceder a vida;

Livrar de muitas e tantas barreiras da vida;

Conceder a graça de honrar com os meus compromissos no Brasil e com a minha família em Angola;

Conceder o grandioso dom da sabedoria, força de vontade e dedicação para realização deste trabalho de conclusão da pós-graduação em MBA em Auditoria integral.

Aos:

Meus familiares, em particular ao Meu pai Manuel Zola (in memoria) que se encontra junto das mãos de Deus e a minha rainha e minha mãe Juliana Bengui Zola, por tudo que vêm e tem feito por mim em todos esses anos que venho me dedicando a minha formação desde Angola até ao Brasil e a todas as minhas irmãs, irmãos, sobrinhos e sobrinhas pelo carinho, apoio financeiro, moral e psicológico que têm e vem me proporcionando;

Professores da pós-graduação da Universidade Federal do Paraná de Curitiba/PR-Brasil, em especial a minha orientadora professora Mayla Cristina Costa, pelos ensinamentos e orientações para enfrentar os novos gargalos do mercado de trabalho;

Meus colegas e amigos em especial ao Luiz Fialla e seus pais, Bruno Mendes e ao Geovan Leite, que estiveram comigo nessa caminhada de muita luta. E a todos que direta ou indiretamente mediram esforços para realização deste trabalho de mais uma das minhas conquistas. Sou grato por confiarem no meu talento e eu ei de honrar e cada vez mais me fortalecer para levar adiante os vossos conselhos e exemplos de vida que vêm me proporcionando.

“Tenha coragem, Vá em frente

Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Não importa quais sejam os obstáculos e as dificuldades. Se estamos possuídos de uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho.”

Dalai Lama

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado com base em um artigo publicado em uma das revistas de Contabilidade & Finanças, da Universidade de São Paulo, realizado por José Alves Dantas em 2012, intitulado a REGULAÇÃO DA AUDITORIA EM SISTEMAS BANCÁRIOS: Análise do Cenário Internacional e Fatores Determinantes. Pelo interesse do tema, decidiu-se realizar um estudo apenas do cenário Brasileiro, para ver até que ponto está se desenvolvendo as técnicas de pesquisa das medidas de regulação da Auditoria em Sistemas Bancários no setor nacional, tendo em conta as fraudes, desvios de verbas em Bancos e as crises financeiras que vem acontecendo em vários países, destacando-se a crise de 1929 da Grande Depressão e a de 2008 do Colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário dos Estados Unidos de América. Para contextualizar tal situação, foi determinado o seguinte objetivo principal: Analisar as publicações nacionais que abordam as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional. Para alcançar tal objetivo, foi necessário fazer uma retrospectiva de alguns Conceitos de Auditoria, Definição e Origem de Auditoria, O auditor: origem do termo, Auditoria no Brasil, Bancos – instituições financeiras, Crise financeira de 2008 e as Precauções tomadas pelo governo na Regulação dos Sistemas Bancários nacionais, dando suporte e ênfase em todo referencial teórico. A metodologia utilizada para elaboração do mesmo é do tipo Bibliográfica, desenvolvida com base no método quantitativo, realizado através de pesquisa documental em artigos, teses e dissertações de mestrados, extraídos em *sites* e *anais da internet* que abordam assuntos sobre as medidas de regulação da auditoria em sistemas bancários tendo como foco o cenário econômico nacional, dando respaldo ao problema em estudo. Os dados coletados foram analisados e tabulados em planilhas, para encontrar a frequência e o número de ocorrência das instituições, autores e pesquisadores que vêm se dedicando ao estudo das medidas de proteção do mercado financeiro nacional. Os resultados alcançados foram que, apesar do país demonstrar segurança nas medidas de regulação do sistema financeiro nacional, ainda tem muito que aprender e cada vez mais se aperfeiçoar, buscar e pesquisar princípios, normas e leis que regulamentam o cenário financeiro brasileiro, evitando surpresas de crises no mercado de capital.

Palavras chaves: Regulação da auditoria. Sistemas bancários. Medidas de regulação da auditoria. Instituições financeiras.

ABSTRACT

This study was based on an article published in one of the magazines Accounting & Finance, University of São Paulo for Jose Alves Dantas in 2012, entitled the AUDIT ADJUSTMENT SYSTEMS BANK: International Scenario Analysis and Determinants. The interest of the subject, I decided to do a study only the Brazilian scenario, to see to what extent is developing the research techniques of the Audit regulatory measures in Banking Systems in the domestic sector, taking account of fraud, money deviations in Banking and the financial crisis that has been going on in many countries, especially the 1929 crisis of the Great Depression and the 2008 collapse of the speculative bubble in the housing market in the United States of America. To contextualize this situation, it was determined the following main objective: To analyze national publications addressing the measures adopted in the audit regulation in banking systems, focusing on the analysis of the national economic scenario. To achieve this goal, it was necessary to make a retrospective of some concepts of audit, Definition and Origin Audit, the auditor: origin of the term, audit in Brazil, banks - financial institutions, financial crisis of 2008 and the precautions taken by the government in Systems Regulation national bank, supporting and emphasis throughout theoretical framework. The methodology used to prepare the same is the Bibliographical type, developed based on quantitative method, performed through documentary research articles, theses and dissertations of master's degrees, and anal sites extracted in the internet that address issues on the audit regulatory measures in banking systems focusing on the national economic scenario, giving support to the problem under study. The collected data were analyzed and tabulated in spreadsheets, to find the frequency and the number of occurrence of the institutions, authors and researchers who have dedicated themselves to the study of the protection measures of the domestic financial market. The results were that, despite the country demonstrate the safety of the financial system regulatory measures, still have much to learn and increasingly improve, seek and search principles, rules and laws governing the Brazilian financial scenario, avoiding surprises crisis in the capital market.

Keywords: Audit regulation. Banking systems. Regulatory measures of the audit. Financial institutions.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1- Número de artigos, teses e Dissertações analisados..... | 31 |
| Tabela 2- Número de autores por artigos, Teses e Dissertações analisados. | 40 |
| Tabela 3- Número de Autores por instituições | 41 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1- Temas abordados nos artigos, Teses e dissertações relacionados a regulação da Auditoria em sistemas bancários | 32 |
| Quadro 2- Relação de Artigos, teses e dissertações que respondem ao problema de pesquisa. | 34 |
| Quadro 3- Autores dos Artigos, Teses e Dissertações de mestrado analisados..... | 39 |
| Quadro 4- Relação da quantidade de Instituições a qual os autores estão filiados .. | 40 |
| Quadro 5- Tipos de pesquisa, procedimentos, técnicas e abordagem destacada nos artigos, | 42 |
| Quadro 6- Descrição dos objetivos dos artigos, Dissertações e Teses analisados... | 43 |
| Quadro 7- Resultados alcançados na análise dos dados de cada Artigo, Dissertação e Teses de mestrados analisados..... | 45 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|--|----|
| Gráfico 1- Frequência do número de artigos, teses e Dissertações analisados..... | 32 |
| Gráfico 2- Relação da quantidade de Instituições a qual os autores estão filiados... | 41 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA..... | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS..... | 11 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 11 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 12 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA..... | 12 |
| 2. METODOLOGIA..... | 14 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO | 16 |
| 3.1 CONCEITOS, DEFINIÇÃO E ORIGEM DA AUDITORIA..... | 16 |
| 3.1.1 O auditor: origem do termo..... | 19 |
| 3.1.2 Auditoria no Brasil | 20 |
| 3.2 BANCOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 22 |
| 3.3 CRISE FINANCEIRA DE 2008 | 24 |
| 3.4 PRECAUÇÕES TOMADAS PELO GOVERNO NA REGULAÇÃO DOS SISTEMAS BANCÁRIOS NACIONAIS | 25 |
| 3.4.1 Normas de Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários Nacionais | 26 |
| 3.4.2 Medidas adotadas na Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários no Brasil | 27 |
| 3.4.3 Relação entre o nível de Regulação de Auditoria e as Características dos Sistemas Bancários Nacionais | 29 |
| 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 31 |
| 4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS..... | 31 |
| 4.2 RESULTADOS DA PESQUISA | 33 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES..... | 49 |
| 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS | 51 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 52 |

1. INTRODUÇÃO

Os escândalos de fraudes das companhias Eron, Parmalat, o estouro da bolha do milênio e a crise financeira de 1929, fizeram com que muitas entidades dos Estados Unidos de América começassem a agir, buscando soluções para evitar que situações parecidas viessem acontecer com frequência em várias outras organizações. Pois, segundo Lopes (2005, p.34), toda vez que o mundo “corporativo é abalado por uma crise surge à discussão sobre em que medida os mecanismos de controle falharam, sejam eles implementados pelas firmas de auditoria externa, pelos órgãos reguladores ou pelas próprias empresas”.

O mundo corporativo ao se questionar sobre a origem dos escândalos de fraudes, roubo, entre outros fatores, encontra o argumento de que a maioria dos casos é suscitada por funcionários que têm alto grau de conhecimento de todas as áreas da organização e por falta de controles rigorosos acabam encontrando brechas para se beneficiar do momento oportuno da ausência de fiscalização. (LOPES, 2005, p.34)

Lopes (2005, p.34) enfatiza dizendo que os escândalos que surgem em varias empresas têm causas comuns:

Eles acontecem quando pessoas com conhecimento do funcionamento da organização tiram vantagens de uma fraca governança corporativa, de uma frágil supervisão dos órgãos reguladores e de um sistema financeiro que, frequentemente, não se preocupa com fraudes.

Em função dos questionamentos, e dos escândalos ocorridos nos Estados Unidos, foram criados mecanismos para evitar situações do gênero, implementando medidas severas para que isso não voltasse acontecer. Dos mecanismos adotados, um deles foi a criação do *May*, criado pelo Instituto Americano dos Contadores, para estudar medidas de unificação dos procedimentos contábeis e a aprovação do congresso americano da Lei *Sarbanes-Oxley* em 2002, visando regular o exercício da profissão contábil e a criação da *Securities and Exchange Commission* (SEC)¹ em 1934. Todos esses órgãos foram criados para atuar como agentes reguladores independentes do Governo, objetivando supervisionar e fazer cumprir a legislação,

¹ SEC – Comissão de valores mobiliário dos Estados Unidos de América

assegurando o bom funcionamento do sistema financeiro nacional. (LOPES, 2005, p.34)

Já no Brasil, devido aos escândalos protagonizados no exterior, foram criados órgãos responsáveis pela regulação do sistema Bancário Brasileiro, dentre eles o Banco Central em cooperação com o Conselho Federal de Contabilidade, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), para garantir o melhor conforto e maior qualidade nas informações fornecidas pelos credores e investidores na hora da toma de decisão.

Com isso, Parente (2002) “entende que a qualidade da divulgação das informações [...] contábeis depende dos emissores (administradores e controladores), dos auditores independentes e das autoridades reguladoras”; Por este e outros motivos que a atividade de auditoria vem ganhando espaço no mercado financeiro, despertando cada vez mais a atenção dos investidores e administradores das instituições financeiras e empresas que têm seus capitais investidos na bolsa de valores e nos Bancos. Os investidores, para terem certeza de que o capital investido trará resultados positivos ou negativos, recorrem ao auditor para confirmação da eficiência e segurança de seus investimentos; isto porque o auditor é alguém que não tem vínculo com a atividade da empresa, sua função é apenas de fornecer informações confiáveis sobre o andamento da situação financeira da organização, através de documentos comprobatórios. Para tal, a sua atividade não se prende apenas em uma área da organização, mas sim em todas as áreas principais da empresa, como: de vendas, comercial, financeira entre outras para sustentar a sua opinião a respeito do que lhe for solicitado pela administração da empresa auditada.

A auditoria é uma técnica de confirmação dos registros contábeis; tem como função verificar, avaliar e provar que as demonstrações contábeis, que atestam a situação financeira das diferentes áreas da empresa estão de acordo com os princípios e normas estabelecidos pelos órgãos competentes, como Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), *International Accounting Standards Board* (IASB), a *Securities and Exchange Commission* (SEC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) entre outros órgãos reguladores da atividade econômico - financeira das entidades no Brasil e no mundo, não se restringindo apenas a uma dada seção da organização.

Vale destacar que o trabalho do auditor requer um esforço redobrado quando os controles internos não estão sendo aplicados com rigor nas organizações. Por isso, Roberto (2000, apud Lopes 2005, p.5) destaca aqui o conceito do *enforcement* conceituado como “todos os procedimentos existentes num país com a finalidade de assegurar a adequada aplicação dos princípios e normas contabilísticas”; dividindo-a em seis estágios: Preparação das demonstrações financeiras, auditoria, aprovação das demonstrações financeiras, sistema de supervisão, tribunais e imprensa e pressão pública.

Para o trabalho da auditoria contábil, a contabilidade se torna o elemento essencial, no que tange ao preparo das demonstrações contábeis, como no fornecimento de informações confiáveis ao auditor. Neste contexto, o auditor não deve se valer apenas das informações internas, pois pode existir alguma omissão de informação em alguns documentos, por isso, é de suma importância se valer também de informações externas, para dar credibilidade ao seu trabalho.

Por serem as demonstrações contábeis o foco do trabalho da auditoria contábil e dos fatores que a influenciam, acaba sendo de responsabilidade da área contábil todo esforço para sua elaboração. Attie (2011, p.3) frisa que as demonstrações contábeis para serem elaboradas de forma correta precisam:

- a) de um lado, a obediência a preceitos técnicos emanados da doutrina contábil e seus órgãos legais, sociais, fiscais, entre outros reguladores que a influenciam; e
- b) de outro lado, a coleta de informações dos acontecimentos ocorridos em cada segmento da empresa por intermédio de um sistema de informações e de uma sistemática que permita controles efetivos sobre tudo o que acontece na empresa e de que tais informações sejam transformadas em valores quantificáveis para fazer parte dos dados constantes das demonstrações contábeis.

De acordo com o que foi destacado por Attie no item a), podemos salientar que, a elaboração das demonstrações contábeis devem ser feitas seguindo os preceitos estabelecidos pela legislação e pelos órgãos reguladores, ao qual se preza todo o enfoque de estudo deste trabalho.

No entanto, a regulação da auditoria em sistemas Bancários está atrelada aos controles internos dos bancos, nos relatórios e outras informações que forem de caráter necessário para o respaldo do trabalho dos órgãos competentes, dados

esses que serão de cunho importante para elaboração da parte prática deste trabalho.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As crises financeiras, os escândalos de corrupção e desvios de verbas que vem acontecendo no mercado financeiro e nas empresas em geral, fazem com que as instituições normativas adotem regras normatizadoras e princípios que norteiam todas as transações, garantindo credibilidade e eficácia no momento em que investidores objetivam colocar seus recursos no mercado financeiro. Segundo Attie (2011, p.9 -10):

durante um recente período de tempo, determinadas ocorrências abalaram os alicerces das estruturas das empresas, as quais motivadas por fatores de elevação de seus valores patrimoniais, acabaram transformando aquelas, que deveriam ser informações confiáveis, em demonstrativos que impeliram outros a uma verdadeira catástrofe financeira mundial.

Com isso, tanto no Brasil como no exterior, estudos e alterações de legislação foram feitas para facilitar a fiscalização por parte dos órgãos normativos e executivos. Diante desses fatos, configura-se como pergunta de pesquisa: **Quais as medidas adotadas para regulação da auditoria em sistemas bancários já demonstradas em estudos científicos publicados no Brasil, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as publicações nacionais que abordam as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos delineados para o alcance do objetivo principal deste trabalho são:

- 1) Verificar as normas de regulação de auditoria em sistemas bancários tendo como foco especial à situação brasileira nesse cenário;
- 2) Identificar por meio de estudos científicos já realizados as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional;
- 3) Analisar as publicações nacionais que abordam as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional.

1.3 JUSTIFICATIVA

Durante a década de 90, em resposta às fraudes protagonizadas por instituições financeiras nos Estados Unidos, no Brasil e as crises financeiras que afetaram o cenário econômico nacional e internacional, no caso da crise financeira de 2008 que resultou no desequilíbrio econômico dos Estados Unidos, fizeram com que fossem promovidas alterações legais e normativas para aumentar o grau de responsabilidade atribuído aos auditores de instituições financeiras e adotar uma série de exigências para o exercício profissional; entre as quais se destaca o rodízio obrigatório de auditores, a proibição de realização de atividades que possam caracterizar conflito de interesses, entre outras.

No Brasil, as alterações regulatórias mais relevantes verificadas no mercado de auditoria também ocorreram, de forma geral, em resposta as crises de credibilidade, como o caso da crise das bolsas de valores no início dos anos 70, que resultou no estabelecimento das primeiras normas profissionais de auditoria emitidas pelos órgãos reguladores. Deste modo, o presente trabalho tem como pressuposto Analisar as publicações nacionais que abordam as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, bem como fazer uma análise do cenário econômico nacional, tendo como respaldo os escândalos e crises econômicas que

aconteceram em vários países, assim como no mercado nacional e internacional por falta de uma auditoria rigorosa.

2. METODOLOGIA

O presente estudo aborda o método de pesquisa Bibliográfica. Pois, Segundo Pádua (2004), “tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi produzido a respeito do tema da pesquisa”. Em outra instância, Martins (2002, p.35) relata que a pesquisa bibliográfica “trata do estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o assunto em questão com objetivo de recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes” [...] sobre a regulação da auditoria em sistemas bancários, com foco no cenário econômico nacional.

Com relação à natureza dos objetivos, a presente pesquisa será do tipo descritiva. Pois, de acordo com Gerhardt (2009, p.35), os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador, com auxílio de técnicas padronizadas de observação.

Para alcançar o objetivo proposto, optou-se, como estratégia de coleta dos dados, o refinamento e a análise dos dados, a bibliometria. Conforme Araújo, a bibliometria consiste “na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)”. (2007, p.12)

Em relação à forma de abordagem, a presente pesquisa utiliza o enfoque quantitativo, pois “faz uso de meios estatísticos para tabulação dos dados e apresentação dos resultados”. (RICHARDSON, 1999)

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental; ou seja, as informações necessárias para a realização do estudo foram obtidas de documentos que já foram publicados em anais científicos e sites da internet. Desta forma, as fontes de coleta de dados foram o *site* da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), que divulga informações científicas da área de ciências sociais aplicadas, em revistas de Economia do BNDES e do Banco Central do Brasil, que abordam temas relacionados a regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco o cenário econômico nacional. Para tal, foram analisados 21 documentos científicos, discriminados em 16 (dezesseis) artigos acadêmicos e de algumas instituições governamentais, 3 (três) teses de doutorado e 2 (duas) dissertações de mestrado, extraídos em *sites* e anais da *internet* que abordam assuntos relacionados

as medidas de regulação da auditoria em sistemas bancários tendo como foco o cenário econômico nacional, dando respaldo ao problema em estudo. Os dados coletados foram analisados e tabulados em planilhas, para encontrar a frequência e o número de ocorrência das instituições universitárias a qual os autores estão filiados, os autores, os procedimentos e métodos por eles usados, na busca de medidas de proteção do mercado financeiro nacional.

A análise destes documentos se fez necessário para fazer um levantamento minucioso das instituições que se preocupam com o estudo, análise e pesquisa das medidas adotadas para Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários tendo como foco a análise do cenário econômico nacional, bem como seu aprofundamento no mercado brasileiro, nas instituições universitárias e nos órgãos governamentais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo consta toda parte conceitual e bibliográfica dos assuntos relacionados à auditoria, Bancos - Instituições financeiras, a Crise financeira de 2008 e em seguida, a regulação da auditoria em sistemas bancários que é o foco principal deste estudo. Estes temas abordados servirão como base para elaboração da presente pesquisa e, também, para situar melhor o leitor sobre o que esta sendo elencado.

3.1 CONCEITOS, DEFINIÇÃO E ORIGEM DA AUDITORIA

A auditoria é uma técnica de gestão administrativa que tem como função verificar se as demonstrações contábeis das entidades estão sendo feitas de acordo com os princípios e normas de contabilidade estabelecidas pela legislação vigente.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade por meio da NBC T 11 – Normas de Auditoria das Demonstrações Contábeis define auditoria como: o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica. (CFC, 1997a)

As normas de contabilidade segundo Riahi-Belkaoui (2000, p.10) “restringem as ações dos gestores, contribuindo para o aumento da confiabilidade dos agentes externos sobre os números contábeis reportados”.

Já para Boynton, Johnson e Kell (2002, p.30) utilizando-se da definição do *Report of the Committee on Basic Auditing Concepts of the American Accounting Association (Accounting Review*, v. 47) definem auditoria como:

um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados.

A partir das reflexões do Conselho Federal de Contabilidade e dos autores Boynton, Johnson e Kell, podem conceituar a auditoria como um sistema de

verificação de procedimentos, normas e informações de uma entidade, refletida em relatórios e demonstrações contábeis, com o objetivo de expressar uma opinião sobre a situação financeira do patrimônio da entidade investigada.

A auditoria sendo ela uma técnica de verificação e confirmação dos lançamentos contábeis; tem como suporte os procedimentos e normas que depois de analisados e se estiverem de acordo com o que é estabelecido pela lei, o responsável pela auditoria, dá a sua opinião ou parecer sobre a eficácia ou eficiência da situação financeira do patrimônio de forma geral. Dentro dessa perspectiva, Franco (2011, p.28) relata que,

A verificação das demonstrações contábeis é feita por meio do exame documental, de livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

Segundo Vicente (2011, p.13) [...] Com o surgimento da globalização e a expansão dos mercados as empresas tiveram que investir em tecnologia e aprimorar os controles e procedimentos internos reduzindo custos e tornando seus negócios mais competitivos.

Foi nessa perspectiva de verificação e controle dos investimentos que deu origem a Auditoria, como atividade,

originária da Inglaterra que como dominadora dos mares e do comércio em épocas passadas, teria iniciado a disseminação de investimentos em diversos locais e países e, por consequência, o exame dos investimentos mantidos naqueles locais. (ATTIE, 2011, p.7).

A Inglaterra firmando-se como uma das grandes potências mundiais, em fins do século XVII, empregando o mercantilismo, dominando os mares, controlando o comércio, mantendo grandes companhias comerciais e instituindo impostos sobre o lucro das empresas para desenvolver a riqueza nacional, foi o país precursor e onde mais se desenvolveu a atividade de Auditoria. Porém, apenas séculos depois, posteriormente a crise de 1929 que a atividade começou a prosperar neste país. (DUTRA, 2011, p.14)

Para Hoog e Carlin (2009, apud Rosário, 2010, p.17) o surgimento da auditoria se remete ao “século XIX na Inglaterra, com uma forte influência da revolução Industrial e com a expansão de negócios para os Estados Unidos”.

Attie (2011, p.7), comenta ainda que:

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espalhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

Verifica-se que com a evolução dos mercados e a necessidade das organizações em assegurar os seus investimentos, faz-se necessário aprimorar as técnicas e práticas adotadas pela auditoria dando suporte a empresa na resolução de problemas e na tomada de decisão quando solicitada pela alta administração ou mesmo pelos agentes financiadores. Para Perez Junior (2012, p.2)

Com a evolução da ciência contábil, tornando-se imprescindível às administrações das empresas, desenvolveu-se também, de forma notável, a técnica de auditoria, a ponto de, hoje em dia, não ser ela um instrumento de mera observação apenas, estático, mas de orientação, de interpretação e de previsão de fatos, tornando-se dinâmica e ainda em constante evolução.

As técnicas aplicadas pelo auditor são feitas por meio da análise, verificação, entrevistas entre outros. Depois de aplicados os procedimentos estabelecidos pela equipe de Auditoria, o mesmo emite o seu parecer definido como um documento público de grande responsabilidade para o auditor, pois, a inadequada emissão deste documento incorre em sanções previstas quanto à responsabilidade técnico-profissional, civil e criminal com relação à adequabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis. Ademais, o documento pode ser classificado segundo a resolução nº 953/03 em diferentes tipos como: a) parecer sem ressalva; b) parecer com ressalva; c) parecer adverso; ou d) parecer com abstenção ou negativa de opinião. (DANTAS, 2012)

A repercussão do efeito econômico do parecer da auditoria com ressalva ou com parágrafo de ênfase possibilita a descontinuidade das operações da sociedade, tornando claro para os interessados na informação a incerteza sobre seus

investimentos, podendo como consequência afetar a alocação dos recursos financeiros dos investidores. (DANTAS, 2012)

Portanto, a auditoria é uma técnica de verificação, análise e prova dos registros contábeis, garantindo fidelidade e credibilidade na elaboração das demonstrações e testar se as mesmas estão sendo feitas em conformidade com os princípios e normas estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme expresso por Attie (2011, p.5) “é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. Estando correto, o auditor expressa a sua opinião por meio do relatório da auditoria que serve como meio de comunicação entre o auditor e os usuários da informação, devendo ser compreensível e objetivo, sendo de suma importância sua aceitação pelos usuários como uma fonte relevante de informações da empresa auditada. (AL-THUNEIBAT; KHAMEES; AL-FAYOUMI, 2008).

3.1.1 O auditor: origem do termo

Com a evolução dos mercados, os vários escândalos evidenciados nos Estados Unidos de fraudes e a crise financeira internacional, várias entidades preocuparam-se com fatores externos para aumentar a segurança de seus investimentos buscando, assim, a figura do auditor.

O Auditor é um profissional com conhecimentos nas áreas de “tesouraria, compras, vendas, custos, fiscal, legal e de contabilidade” (GOMES, et. al. 2009), que presa sua atividade no estudo, análise e verificação das demonstrações contábeis. Sua presença tem como função de manter à “veracidade de informações, o correto cumprimento das metas, a aplicação do capital investido de forma lícita”. Ademais, a crescente complexidade dos mercados e a expansão dos negócios nas distintas áreas geográficas, “foram algumas das preocupações que exigiram a opinião de alguém não ligado aos negócios e que confirmasse, de forma independente, a qualidade e precisão das informações prestadas” nas empresas. (ATTIE, 2011, p.7)

Para Santi, (1988, p.17) o auditor “provavelmente foi um proficiente guarda-livros, a serviço de mercador italiano do século XV ou XVI que, pela reputação de

sua sabedoria técnica, passou a ser consultado por outros sobre a escrituração de suas transações”.

Attie (2011, p.7) afirma que,

embora cronologicamente haja indícios da existência da profissão de auditor desde o século XIV, esta é, em verdade, uma função nova que vem experimentando excepcional desenvolvimento com diferentes graus de especializações.

O termo auditor segundo Attie (2011, p.7), “muito embora perfeitamente representado pela origem latina (aquele que ouve, o ouvinte), na realidade provém da palavra Inglesa *to audit* (examinar, ajustar, corrigir, certificar)”. Este termo não é apenas exclusivo da área contábil, existe também em outras diferentes atividades, porém, com objetivos similares.

3.1.2 Auditoria no Brasil

A auditoria surgiu na Inglaterra e, posteriormente, nos diversos países do mundo, como: Estados Unidos, Itália, Brasil, Holanda, entre outros. Sua evolução foi dada devido à emigração das empresas estrangeiras e a implantação de seus investimentos no mercado nacional. Este fato ocorreu também nos Estados Unidos de América, devido à necessidade legal, precisou com que esses investimentos fossem auditados. Attie (2011, p.8) expressa que,

a evolução da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas.

Em outro enfoque, destaca-se que o desenvolvimento da auditoria no Brasil tem como pressuposto a influência de:

- ✓ Filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- ✓ Financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- ✓ Crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- ✓ Evolução do mercado de capitais;

- ✓ Criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972;
- ✓ Criação da Comissão dos Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976. (ATTIE, 2011, p.9)

Com a criação da lei 6.404 de 1976 alterada pela lei 11.638/07, estabeleceu-se que as companhias abertas e as sociedades de grande porte devem ter suas demonstrações auditadas por auditores independentes registrados na CVM. Todas as opiniões a respeito dos relatórios contábeis das empresas estrangeiras auditadas no Brasil devem ser elaboradas seguindo a regulamentação estabelecida pelo Instituto dos auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Santi (1988) menciona que

o primeiro parecer de auditoria divulgado aqui no Brasil ocorreu em 1903 e referia-se às demonstrações contábeis da Tramway and Power Company. Segundo Motta (1988), o processo, embora tardio, desenvolveu-se de forma semelhante ao dos Estados Unidos, quando da chegada maciça das multinacionais na década de 40 no país.

É de salientar que a atividade de auditoria no Brasil foi formalmente organizada em 26 de Março de 1957, quando formado o instituto dos contadores públicos do Brasil, em São Paulo e oficializou-se o seu reconhecimento apenas em 1968, por ato do Banco Central do Brasil. O fortalecimento da atividade ficou mais evidente em 1972 por regulamentação da mesma entidade, do conselho federal de contabilidade e pela formação do Instituto dos auditores independentes do Brasil, antes designado pela sigla IAIB e atualmente pelo IBRACON. (CREPALDI, 2013, p.262)

No entanto, o surgimento da atividade auditorial no Brasil foi devido à implantação dos investimentos das empresas estrangeiras e, conseqüentemente, a competitividade dos mercados, fazendo com que os administradores das companhias disponibilizassem para os agentes financiadores a divulgação dos demonstrativos contábeis a fim de ponderar os riscos de perda de crédito de retorno futuro. Fornecidas as informações, os agentes, sendo eles leigos na análise das demonstrações contábeis como o Balaço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, entre outras, buscam saber mais sobre seus investimentos por intermédio da figura do

auditor, com função de consultor e com capacidade de verificar, analisar e dar credibilidade ao patrimônio das entidades e auxiliar na tomada de suas decisões.

3.2 BANCOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As instituições financeiras são agentes de intermediação de crédito entre os poupadores e os tomadores de recursos, de forma a garantir a segurança e o bom relacionamento entre elas. Tudo que envolve movimentação de capital faz se necessário cumprir a função de transformar os recursos poupados em investimentos. Essa transformação pode ser denominada “intermediação financeira”, que é de suma importância para a sustentabilidade de uma economia. (LIMA, et al., 2010, p.52)

No Brasil, as instituições responsáveis pela intermediação financeira em âmbito nacional formam o denominado sistema financeiro, conceituado como “um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”. (CRC SP, 1994, p.17)

O sistema financeiro ao longo de varias décadas teve sua estrutura composta basicamente por estabelecimentos bancários que desempenhavam funções múltiplas, sob o comando do Banco do Brasil, exercendo antes a função de Banco Central. Só depois, com o aumento do volume dos Bancos comerciais, tiveram que descentralizar algumas funções, criando a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) com atributos específicos de Banco Central. São evidentes os fatores que estavam na base para influenciar esse tipo de comportamento, como: os níveis elevados de inflação – em 1963/64 o IGP oscilava entre 80 e 90% – e a lei da Usura, cuja vigência fixava o nível dos juros em 12%. (CRC SP, 1994, p.15)

Os bancos comerciais nos anos 1959/64, tinham funções limitadas na época efetuando empréstimos apenas de curto prazo e a realização de investimentos em ativos financeiros reais. Já os de longo prazo eram de responsabilidade apenas do BNDES e da Caixa Econômica. (CRC SP, 1994, 15)

Foi nessa perspectiva que se estabeleceu uma nova reforma do Sistema Financeiro Nacional, por meio da Lei 4357/64 que autoriza o governo Federal a

emitir obrigações reajustáveis do tesouro nacional e a reorganização do Sistema Financeiro. Com isso, a Lei 4595/64 da reforma bancária caracteriza as instituições financeiras no seu artigo 17, como:

as instituições financeiras, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros, próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiro". E no parágrafo único complementa dizendo que, "para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual".

Atualmente, de acordo com o Banco Central (2014), o sistema financeiro é composto de três grandes grupos de instituições: Órgãos Normativos, Entidades Supervisoras e Agentes Operadores. Os agentes operadores são responsáveis pela realização dos procedimentos operacionais que envolvem a intermediação financeira entre poupadores e investidores. Dentre os agentes operadores, encontram-se as chamadas instituições financeiras. Segundo Assaf Neto (2001), as instituições financeiras são entidades que visam transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários.

As instituições financeiras segundo Banco Central (2014), podem ser distribuídas em dois grandes grupos: instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e Demais instituições financeiras. As instituições captadoras de depósitos à vista podem ser classificadas em: bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais, cooperativas de crédito e Caixa Econômica Federal, enquanto as demais instituições financeiras podem ser classificadas, como: agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), companhias hipotecárias, cooperativas centrais de crédito, sociedades crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito ao microempreendedor.

Portanto, os bancos captam recursos de terceiros por meio de investimentos de financiamentos e de créditos. Por isso, é de extrema responsabilidade do governo junto com o Banco Central e as outras instituições, intervir através de normas de regulação e de proteção de crédito e financiamento em todas as transações que correm entre os poupadores e tomadores de recursos.

3.3 CRISE FINANCEIRA DE 2008

A crise financeira de 15 de setembro de 2008 teve grande repercussão nos Estados Unidos devido ao estouro da bolha do mercado imobiliário em 2007 e, teve como consequência, segundo estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional, o dispêndio de 14 trilhões de dólares pelo governo e, como os estímulos monetários e fiscais não estavam sendo eliminados, novos problemas começaram a surgir na economia mundial, destacando a nova bolha nos preços dos ativos reais de ações e imóveis, crescimento rápido da dívida pública e ameaças de inflação “dada a grande liquidez criada para eliminar a ameaça de uma crise sistêmica do mercado financeiro mundial”. (FMI, 2009)

Posteriormente, suscitou a queda do quarto maior banco americano, *Lehman Brathers*, o que gerou uma bolha de discussão no mundo inteiro por parte dos países mais ricos como a China, Índia, Japão e a Rússia. Entre os fatores que estavam na base desta crise, destaca-se: a queda no preço das ações no mundo todo, redução do comércio internacional, queda da produção industrial e o aumento do desemprego. Para o resgate dos bancos, o governo teve que intervir com um pedido judicial e a consequente intermediação em todas as transações internacionais por parte dos agentes de crédito. Para recuperação da economia mundial houve a maciça intervenção dos bancos centrais e o tesouro nacional para ajudar os países, principalmente os Estados Unidos, por meio de empréstimos de longo prazo. (SILBER, 2010, pg.85)

Silber (2010, p.85) argumenta que

A crise de atual foi de tal proporção que só tem paralelo na Grande Depressão com o “duplo mergulho” da produção mundial na recessão em 1929 e 1937. Ou seja, já se passavam setenta anos de crescimento positivo do PIB mundial até atingirmos 2009, quando temos queda na produção mundial, apesar da vasta intervenção dos governos no resgate de bancos, , seguradoras, empresas, desonerações tributárias e aumentos de gastos públicos para expandir a demanda agregada.

Acredita-se que a crise de 2008 era uma réplica do que aconteceu em 1929, a quebra da bolsa de Nova York. Passados 79 anos ainda existiram reflexos da crise, por falta de políticas de regulação dos investimentos públicos e privados. Vale salientar que, embora já se tenha uma ideia razoável dos fatores que

desencadearam a crise financeira de 2008, ainda estamos longe de ter um conhecimento preciso dos fatores determinantes dessa crise e, para chegarmos a isso, será necessária muita dedicação de estudos empíricos para uma avaliação adequada “da parada súbita” que aconteceu na economia mundial (SILBER, 2010, p.85)

Desta reflexão, “pode-se identificar como grande pano de fundo da crise atual a gradual desregulamentação do mercado financeiro iniciada nos Estados Unidos, na Europa e no Japão a partir de 1980”. (SILBER, 2010, p.86)

Há que se destacar a preocupação dos outros países na discussão de propostas de mudanças no mercado financeiro. Tais mudanças não vão acontecer de forma repentina, serão implementadas gradualmente ao longo dos anos como a do *Institute of International Finance* (2008), do *Financial Stability Board* (2009), do *Group of Thirty* (2009) e a do tesouro dos Estados Unidos (2009). Essas instituições terão a supervisão do governo na definição de regras e normas de transparência e de operações com securitização dos riscos dos agentes financeiros. (SILBER, 2010, p.91).

Os países em desenvolvimento como Brasil, China, Índia, África do sul entre outros não sentiram a repercussão da crise financeira por estarem com os seus mercados fortalecidos, porém, há que redobrar as medidas de segurança para não serem afetados ou serem pegos de surpresa por situações do gênero. É de suma importância o papel do Banco Central e do Banco do Brasil, em fiscalizar e continuar criando mecanismos de prevenção para o controle de todas as transações que surgem por conta da globalização dos mercados financeiros.

3.4 PRECAUÇÕES TOMADAS PELO GOVERNO NA REGULAÇÃO DOS SISTEMAS BANCÁRIOS NACIONAIS

O governo passa a ser um agente regulador das transações interbancárias por meio de normas, princípios e medidas para garantir o bom funcionamento do sistema bancário em todas as vertentes, assuntos esses que serão abordando nos itens elencados abaixo.

3.4.1 Normas de Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários Nacionais

As normas de regulação de auditoria em sistemas bancários nacionais são implementadas e supervisionadas pelo Banco Central em cooperação com outras entidades, como: Conselho federal de contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme descrito pela lei 10.198 de 14 de Fevereiro de 2001 que “dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo, e da outras providências”.

O primeiro processo de regulamentação da atividade de auditoria no mercado financeiro brasileiro foi à criação da Lei nº 4.728, de 14 de Julho de 1965, determinando que:

os mercados financeiros e de capitais seriam disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil (BCB). Um dos primeiros atos do exercício dessa competência foi a Resolução CMN nº 7, de 13.9.1965, criando o Cadastro de Auditores Independentes, com o objetivo de regulamentar a atividade, selecionando os profissionais da área e estabelecendo, entre outras questões, os casos que seriam passíveis de cassação de registro. Três anos depois, a Resolução CMN 88, de 30.1.1968, disciplinou o registro de empresas participantes do mercado de capitais e impôs a obrigatoriedade da auditoria independente.

Em 1960 e princípio dos anos 70, o mercado de Capitais Brasileiro vivenciou um período histórico de crescimento acentuado, com forte demanda de investidores; grande parte sem conhecer o risco desse tipo de investimento, que culminou com uma forte crise, provocando o declínio das bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1971. (NIYAMA, 2011, p.139)

Segundo o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON - (2007)

o desconhecimento dos investidores das características do mercado financeiro e a falta de informações atualizadas por parte das companhias abertas. Além da fiscalização por parte dos corretores, bancos de investimentos ou das autoridades que ofereciam informações pouco eficientes. No contexto dessa crise, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) - antecessor do IBRACON - elaborou, em janeiro de 1972, um conjunto de normas e procedimentos de auditoria, posteriormente referendadas pelo CFC, por meio da Resolução nº 321, de 14.4.1972. Na mesma época, foram editadas a Resolução CMN nº 220, de 10.5.1972, e as Circulares BCB nºs 178 e 179, de 11.5.1972. Esse conjunto de normas

determinava a obrigatoriedade da auditoria das demonstrações contábeis das sociedades com ações em bolsa, definia as regras relativas ao registro dos auditores independentes e especificava as normas gerais de auditoria e os princípios e normas de contabilidade. (NIYAMA, 2011, p.8)

Destaca-se aqui, no período depois dos anos 1970, a criação das leis nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, voltada para a segurança e a modernização do mercado de valores mobiliário, de forma a disciplinar e estabelecer medidas no processo e, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que propôs o novo ordenamento jurídico sobre o funcionamento das sociedades por ações, delimitando os parâmetros de relacionamento entre os acionistas controladores e minoritários, normas de funcionamento dos órgãos societários, normas contábeis e a divulgação de informações dessa sociedade. (NIYAMA, 2011, p.8)

São atribuições da CVM, ainda, a disciplina e fiscalização das companhias abertas listadas na bolsa de valores e a regulação das atividades dos auditores independentes que auditam tais companhias com objetivo de garantir credibilidade e segurança aos investidores e a sociedade. Conforme determina o art. 26 da Lei nº 6.385/1976, “que somente os auditores independentes registrados na CVM possuem a prerrogativa de auditar as demonstrações contábeis das companhias abertas e os demais integrantes do mercado”.

3.4.2 Medidas adotadas na Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários no Brasil

De forma geral, as atividades desempenhadas pelos auditores independentes no Brasil são compreendidas como essenciais para o mercado financeiro e de capitais. O seu papel de emitir opinião a respeito de informações contábeis contribui para um ambiente de confiança e credibilidade e, também, para as ações dos órgãos encarregados da supervisão, particularmente em mercados regulados, como o bancário. A lógica é a de que os trabalhos dos auditores complementam as ações dos supervisores, ajudando na construção da percepção de confiabilidade e solidez do sistema financeiro. Por isso, é natural a preocupação por parte dos reguladores quanto ao alcance de expectativas em relação ao desempenho da atividade auditorial.

Nessa perspectiva, o governo ao intervir no mercado financeiro por meio de regras de supervisão, assume o risco de enfrentar qualquer crise por parte dos consumidores e poupadores garantindo maior transparência e segurança de seus investimentos. Para tal, nos Estados Unidos o presidente Barack Obama ao se deparar com muitas turbulências no mercado capital Norte americano apresentou um projeto denominado “a reforma regulatória financeira do século XXI” propondo medidas severas para regulação do sistema financeiro listados em cinco itens:

- Regulação das entidades financeiras – *criando o Financial Services Oversight*, que coordenará a atuação das entidades reguladoras;
- Regulação dos mercados financeiros – propõe, entre outros temas, a regulação do mercado de balcão dos derivativos e de ativos lastreados em títulos, e transparência a todas as negociações envolvendo valores mobiliários;
- Regulação que melhor proteja consumidores e investidores – cria uma nova agência: *Consumer Financial Protection Agency*, uma espécie de procon financeiro no jargão brasileiro, destinada aos investidores do mercado;
- Maiores e melhores instrumentos para o governo administrar crises – cria mecanismo que permite ao governo assumir e desenrender instituições financeiras em processo de falência. Parte da preocupação de que tem de haver uma análise sistêmica e não individualizada por instituições;
- Propõe medidas na esfera internacional (a que mais diretamente nos atinge) – recomenda que os reguladores internacionais fortaleçam a sua definição de capital regulatório, com o objetivo de aumentar a qualidade, a quantidade e a consistência internacional do capital. (COSTA, 2010, p.78-79)

No Brasil, com a manifestação do comitê de supervisão bancária da Basiléia, as instituições tiveram um documento que regulamentava os controles internos, publicado em setembro de 1998 pelo Banco Central do Brasil, por disposição do Conselho Monetário Nacional, o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, na sua resolução 2.554/98. (TÓMAS HICKMANN, 2010, p.8)

A resolução estabelece o seguinte:

Com a publicação da resolução BACEN 2.554/98 criou-se a obrigatoriedade da manutenção de um sistema de controles internos, conforme descrito no art. 1º: Art.1. Determinar as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

Parágrafo 1. Os controles internos, independente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por elas realizadas.

Parágrafo 2. São de responsabilidade da diretoria da instituição: I – a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis

de negócios da instituição; II – o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos;
III – a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II.

Todas essas medidas foram adotadas para dar sustento aos investidores e credores dos diferentes segmentos bancários, como forma de evitar ações de escândalos de fraudes e roubos nos bancos. Por estes e outros motivos, são de responsabilidade das entidades reguladoras das instituições financeiras, no caso o Banco Central, adotar medidas severas para supervisionar as demonstrações contábeis dessas instituições, para prevenir o risco de crédito dos investidores.

Ocorreram importantes movimentos regulatórios nos EUA e no Brasil. Acredita-se que tais movimentos contribuíram para o aperfeiçoamento e atuação dos auditores. Em 2008, com a crise financeira global, foram levantados novos questionamentos pelas autoridades reguladoras, sobre o papel da auditoria, especialmente em instituições financeiras. Com o intuito de aumentar a confiabilidade, as corporações multinacionais passaram a exigir a adoção de normas de auditoria que fossem consistentes entre os diversos países, com o intuito de aumentar a confiança dos investidores (Hayes, Dassen, Schilder, & Wallage, 2005).

Ressalta-se aqui o processo de convergência das normas internacionais adotadas no Brasil emitidas pela *internacional Federation of Accountants* (IFAC). A partir de 1º de janeiro de 2010, as normas do CFC que regulamentam os procedimentos de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis passam a ser representadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TAs).

3.4.3 Relação entre o nível de Regulação de Auditoria e as Características dos Sistemas Bancários Nacionais

Abordar o assunto sobre a relação entre o nível de regulação de auditoria e as características dos sistemas Bancários Nacionais é um assunto que as literaturas não abordam com muita clareza. Por isso, é um estudo que deve ser feito com bastante rigor por meio de análises empíricas e entrevistas com entidades competentes para maior e melhor aprofundamento do assunto em questão. Segundo

Dantas et al. (2012, p.7), baseando-se no estudo realizado por Barth, Caprio Jr., e Levine (2001, updated 2008), atualizado periodicamente pelo Banco Mundial, com pesquisa realizada com autoridades supervisoras e regulatórias bancárias brasileiras, cobrindo vários aspectos do sistema financeiro nacional e internacionais entre os quais; requerimentos relacionados especificamente aos trabalhos de auditoria independente sobre o nível de regulação da auditoria no mercado internacional, destacam que o Brasil apresenta um grau de regulação superior a média verificada internacionalmente. Quanto aos testes realizados por meio de regressão para avaliar a relação entre o nível de regulação de auditoria e características do setor bancário, foi evidenciado que há mais requerimentos para a atuação dos auditores nos países em que o crédito doméstico provido pelo setor bancário é maior e onde os bancos são mais rentáveis.

Portanto, o Sistema Financeiro Nacional é um órgão composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN). Por meio do SFN, viabiliza-se o fluxo monetário entre os que poupam e os que investem. O papel de intermediário financeiro é desempenhado pelas instituições financeiras, tais como bancos comerciais, bancos de investimentos e corretoras de valores e câmbio. Esta centralização do fluxo monetário das instituições é uma das características distintas do SFN.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são apresentados os dados da pesquisa que elucidarão o leitor a entender melhor o que foi explanado nas seções anteriores e verificar se o que está sendo investigado já tem maior abrangência no mercado Brasileiro conforme problema em análise.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O objetivo desta seção foi apresentar os dados coletados na pesquisa documental, feito por intermédio da análise de 21 documentos científicos, discriminados em 16 (dezesseis) artigos acadêmicos e de algumas instituições governamentais, 3 (três) teses de doutorado e 2 (duas) dissertações de mestrado, para melhor entendimento e interpretação do problema de pesquisa.

A análise destes documentos se fez necessário para fazer um levantamento minucioso das instituições que se preocupam com o estudo e pesquisa das medidas adotadas para Regulação da Auditoria em Sistemas Bancários tendo como foco a análise do cenário econômico nacional, bem como seu aprofundamento no mercado brasileiro, nas instituições universitárias e nos órgãos governamentais, conforme percorridos na sequência.

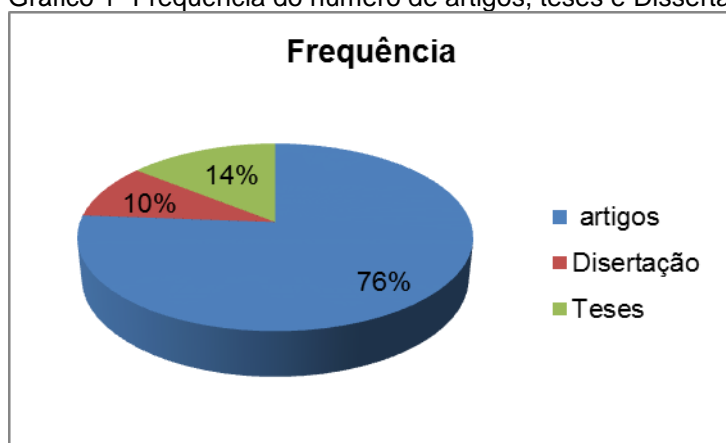
A tabela a seguir demonstra que dos 21 documentos científicos levantados, 76,20% deles são artigos acadêmicos pesquisados em algumas instituições universitárias do país e em alguns órgãos governamentais como o Banco Central do Brasil, assim como o departamento econômico do BNDES, 9,2% são dissertações de mestrado e 14,3% são teses de doutorado conforme ilustrado nos cálculos da tabela e do gráfico a seguir:

Tabela 1- Número de artigos, teses e Dissertações analisados

| | Artigos | Dissertação | Teses | Total |
|------------|---------|-------------|-------|-------|
| Frequência | 16 | 2 | 3 | 21 |
| % | 76,2 | 9,5 | 14,3 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 1- Frequência do número de artigos, teses e Dissertações analisados.



Fonte: Elaborado pelo autor

É de frisar que dos 21 documentos levantados, há uma frequência de 4,8% a 9,5% dos mesmos que abordam assuntos relacionados à regulação da auditoria em sistemas bancários tendo como foco a análise do cenário econômico nacional, destacando uma percentagem maior no artigo com o tema da Regulação do Sistema Financeiro Nacional/Brasileiro. Essa margem de abordagem demonstra a fraca participação dos acadêmicos, professores e pesquisadores na busca cada vez mais de meios para reforçar as medidas de proteção do sistema financeiro nacional, tornando-se vulnerável à possíveis quedas de crises no mercado capital, conforme ilustrado no quadro abaixo.

Quadro 1- Temas abordados nos artigos, Teses e dissertações relacionados a regulação da Auditoria em sistemas bancários

| TEMAS | Ocor. | % Freq. |
|--|-------|---------|
| Risco Sistêmico e Regulação Bancária no Brasil | 1 | 4,76 |
| A regulação do Mercado Financeiro e a necessária Intervenção Estatal na Autonomia Privada | 1 | 4,76 |
| Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e vulnerabilidade à Crise Cambial. | 1 | 4,76 |
| O Sistema Bancário Nacional Brasileiro e as Influências da Crise Financeira Mundial de 2008 | 1 | 4,76 |
| A atividade de Auditoria Independente: Um breve estudo sobre a independência dos auditores e as normas profissionais aplicáveis | 1 | 4,76 |
| Os princípios essenciais da Basiléia para uma supervisão Bancária eficaz e a Sua influência no Sistema Financeiro Nacional e na emenda constitucional 40 de 2003 | 1 | 4,76 |
| Regulação Sistêmica e Prudencial no Setor Bancário Brasileiro | 1 | 4,76 |
| Evolução da Regulação da Auditoria Independente no Brasil: Análise crítica, a partir da Teoria da Regulação. | 1 | 4,76 |
| Auditoria interna e controles internos nas instituições financeiras | 1 | 4,76 |
| A Regulamentação do Risco de Crédito para Fundos de Pensão: Lições do Setor Bancário | 1 | 4,76 |

continua

Quadro 1- Temas abordados nos artigos, Teses e dissertações relacionados a regulação da Auditoria em sistemas bancários

| | conclusão | |
|---|------------------|------|
| Regulação, legitimidade e democracia: Análise e problematização da influência dos trabalhos do comitê da Basileia na regulação da atividade bancária no Brasil. | 1 | 4,76 |
| Auditoria em Instituições Financeiras: Determinantes de qualidade no mercado brasileiro | 1 | 4,76 |
| Regulação Bancária: Influência do Acordo de Basileia no Brasil | 1 | 4,76 |
| A evolução recente do setor bancário no Brasil | 1 | 4,76 |
| Capital, Risco e Regulação dos Bancos no Brasil. | 1 | 4,76 |
| Comitês de Auditoria em Bancos Brasileiros: uma Abordagem Exploratória e Introdutória. | 1 | 4,76 |
| Crise e Reestruturação Bancária no Brasil | 1 | 4,76 |
| A Criação da CVM e a Regulação do Mercado de Capitais no Brasil – 1976/1986 | 1 | 4,76 |
| Análise da Regulação Jurídica do Mercado Financeiro em face da Crise Norte Americana de 2008 | 1 | 4,76 |
| Regulação do Sistema Financeiro Nacional/Brasileiro | 2 | 9,52 |
| TOTAL | 21 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 2 da seção 4.2, demonstra o quanto já está sendo pesquisado, analisado e abordado com ênfase as medidas adotadas sobre a regulação da auditoria em sistemas bancários tendo como foco a análise do cenário econômico nacional, dando proteção e credibilidade ao sistema financeiro, bem como a intervenção do governo por meio de leis, princípios e normas de regulação do mercado capital no Brasil, evitando surpresas de crises financeiras, fraudes e desvios de capital nas instituições financeiras.

Observa-se pelo quadro que a maioria das medidas adotadas para regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional, está sendo abordado com destaque em artigos acadêmicos e pelos próprios órgãos reguladores como o Banco Central do Brasil, assim como o departamento econômico do BNDES, conforme demonstrado pelos cálculos; 0,5% de frequência nas dissertações de mestrado, 0,33% em teses de doutorado e um intervalo de 0,06% a 0,13% em artigos acadêmicos.

4.2 RESULTADOS DA PESQUISA

O Quadro 2 demonstra como os autores do material selecionado responderam ao problema de pesquisa.

Quadro 2- Relação de Artigos, teses e dissertações que respondem ao problema de pesquisa.

| REGULAÇÃO DA AUDITORIA EM SISTEMAS BANCÁRIOS: ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL | Dissertação | Ocor | %Freq | Tese de doutorado | Ocor | %Freq | Artigo | Ocor | %Freq |
|--|--------------------|-------------|--------------|--------------------------|-------------|--------------|---------------|-------------|--------------|
| Entre as medidas adotadas sobre a regulação da auditoria em sistemas bancários, destacam-se: para concorrer às linhas de crédito assistenciais, a instituição deve cumprir rigorosamente toda regulação prudencial estabelecida pelas autoridades competentes, monitorando e controlando exposições excessivas aos diversos fatores de risco; uma parte do empréstimo deve ser concedida com financiamento privado, para aumentar o controle e a vigilância sobre o sistema; devem ser impostas medidas punitivas às instituições expostas a riscos desnecessários. Criação da Medida provisória nº 1179/95, que criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), teve o mérito de permitir a retirada organizada das instituições insolventes do mercado financeiro. | X | 1 | 0,50 | | | | | | |
| pelo CMN. A Lei 6.385/76, dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), dotada de competência para supervisionar, fiscalizar e autorizar previamente o início das operações das Bolsas de Valores e as instituições de Mercado de Balcão Organizado. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| A Lei da Reforma Bancária, de 1964 (Lei 4.595), além de estabelecer o modelo de instituições especializadas, foi responsável pela criação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A Lei do Mercado de Capitais, de 1965 (Lei 4.728), entre outros dispositivos, regulamentou as atividades das bolsas de valores, criou incentivos fiscais para a emissão e aquisição de ações e debêntures e definiu as funções dos bancos de investimento. Em março de 1996, a Medida Provisória 1.334 instituiu a responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira. Com isso, a medida visou forçar os auditores externos a informarem ao Banco Central sobre as eventuais dificuldades das instituições. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |

continua

Quadro 2- Relação de Artigos, teses e dissertações que respondem ao problema de pesquisa.

| | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|---|---|------|---|---|------|
| Com a criação do PROER, o governo brasileiro pôde adotar um conjunto de medidas voltadas a melhorar a fiscalização bancária nas instituições financeiras, permitindo ao Banco Central uma supervisão mais eficiente nos bancos com problemas de liquidez. Algumas das medidas adotadas que comprovam isso são: exigências de novo aporte de recursos, transferência de controle acionário, atribuição de maior responsabilidade as empresas de auditoria contábil nos casos de irregularidades nas instituições bancárias e alteração na legislação que trata da abertura de dependências de bancos no exterior. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| Para evitar problemas maiores na economia do país, que passava por um momento delicado de transição e iniciava um processo de estabilidade monetária até então inédito, haja vista as medidas adotadas na implementação e implantação do Plano Real, sobretudo sem ter recorrido às velhas táticas de planos econômicos anteriores (congelamento de preços, sequestro de ativos, etc.), o Governo se viu obrigado a lançar um programa de “socorro” às instituições financeiras quebradas, denominado “Programa de Apoio à Reestruturação do Sistema Financeiro – PROER”, regulamentado pela então Medida Provisória nº 1.179/95. O PROER compreendeu um conjunto de medidas com objetivo de fortalecer o Sistema Financeiro Nacional, no qual prevê um conjunto de incentivos fiscais, créditos especiais e flexibilização temporária quanto aos acordos da Basiléia para assegurar a liquidez e solvência do Sistema Financeiro Nacional, e resguardar os interesses de depositantes e investidores. | | | | | | | X | 2 | 0,13 |
| Estudos sobre as medidas de regulação do sistema financeiro nacional são abordados com ênfase sob o ponto de vista do arranjo institucional de regulação e supervisão do SFN e inspirado na abordagem funcional e institucional, que são objeto de críticas por atribuírem tratamento segregado ao risco, mesmo quando atividades financeiras são desenvolvidas conjuntamente. Para mitigar as limitações desse arranjo institucional, o BACEN firmou convênios com a CVM e a SUSEP para troca de informações e coordenação de políticas regulatórias. | | | | X | 1 | 0,33 | | | |
| O avanço do processo de regulação nos anos 1970 culminou com a edição de duas leis que moldaram um novo modelo para o mercado de capitais brasileiro, voltado para a segurança e a modernização. A Lei nº 6.385, de 7.12.1976, criou a CVM, autarquia formada para disciplinar e estabelecer medidas de atuação no mercado de valores mobiliários. Complementarmente, a Lei nº 6.404, de 15.12.1976, propôs o novo ordenamento jurídico sobre as regras de funcionamento das sociedades por ações, delimitando os parâmetros de relacionamento entre os acionistas controladores e minoritários, normas de funcionamento dos órgãos societários, normas contábeis e a divulgação de informações dessa sociedade. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |

continua

Quadro 2- Relação de Artigos, teses e dissertações que respondem ao problema de pesquisa.

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|---|---|------|
| O Banco Central do Brasil, órgão que regula as instituições financeiras no país, em sua resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998, destaca que, entre outras, a finalidade da auditoria e controles internos destas instituições é o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| No processo de acompanhamento das Agências de classificação de crédito é importante que haja uma interação entre as autoridades competentes (CVM, BACEN, SUSEP, SPC, etc.) na construção e elaboração de normas para o Brasil. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| Com o Crescimento do mercado nacional e o interesse por parte dos estrangeiros em Investir no mercado nacional, o Banco Central do Brasil, criou um comitê de auditoria Com o objetivo de promover o aperfeiçoamento do processo regulatório e buscando a implementação das melhores práticas mundiais relativas aos comitês de auditoria, foi editada a Resolução CMN nº 4.329, de 25 de abril de 2014, permitindo a flexibilização do mandato dos membros do Comitê de Auditoria. Atualmente, verifica-se que práticas de governança corporativa têm recebido especial atenção de órgãos reguladores tanto nacionais quanto internacionais, no que se refere ao papel dos integrantes dos mercados financeiros e de capitais. Busca-se, por meio da aderência a uma série de recomendações, fazer com que as organizações apresentem estruturas corporativas baseadas em princípios éticos e centradas na gestão profissional. Nesse contexto de melhores práticas, destacam-se as recomendações voltadas para o papel desempenhado pelos comitês de auditoria na estrutura organizacional das empresas. Para atuação do Banco Central no Saneamento e reordenação do SFN, foi criado recentemente um instrumento o "PROER (Programa de Estímulo à Restruturação e ao Fortalecimento do SFN)" Depois foram editadas: 1) a Medida Provisória nº 1.334/96 que instituiu a responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira. O objetivo dessa medida é forçar que os auditores externos informem ao BC sempre que sejam identificados problemas ou que o banco esteja negando a divulgação de informações. | | | | | | | X | 2 | 0,13 |
| Para tornar efetiva a supervisão do processo de regulação do SFN, o BACEN dispõe de medidas disciplinares e punitivas para coibir práticas irregulares, implementar medidas de natureza educativa e enfrentar situações que coloquem em risco a estabilidade do SFN, são elas: a) processo administrativo punitivo; b) medidas cautelares; c) termo de comparecimento; e d) classificação de instituições supervisionadas como "em evidência". Para o nosso caso nos interessa o processo administrativo punitivo, que pode ser instaurado tanto contra as instituições supervisionadas como contra empresas de auditoria ou auditores independentes (no que se refere à auditoria das instituições supervisionadas). | | | | | | | X | 1 | 0,06 |

continua

Quadro 2- Relação de Artigos, teses e dissertações que respondem ao problema de pesquisa.

| | | | | | | | | | |
|--|---|---|------|---|---|------|---|---|------|
| Também cabe instauração de processo administrativo punitivo contra pessoas físicas ou jurídicas não financeiras, nos casos de irregularidades cometidas na contratação de operações de câmbio ou de exercício de atividades privativas de instituição financeira ou de administradora de consórcio. | | | | | | | | | |
| A atuação dos auditores independentes é entendida como fundamental para o funcionamento dos mercados financeiro e de capitais, considerando a premissa de que, ao emitir opinião sobre a fidedignidade das informações contábeis, contribui para um ambiente de negócios caracterizado pela confiabilidade e credibilidade (ARENS; LOEBBECKE, 1996; NEWMAN; PATTERSON; SMITH, 2005; U.S. CHAMBER OF COMERCE, 2006; OJO, 2008; BCBS, 2008; ZAGONOV, 2011). O mercado de auditoria no Brasil passa por profundas transformações, em termos de regulação e de fiscalização. No final de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o referendo do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), concluiu o processo de revisão das normas de auditorias, adaptando o <i>framework</i> regulatório nacional ao padrão das normas editadas pela IFAC. Outra ação em discussão no país é a criação de um órgão de supervisão semelhante ao PCAOB dos Estados Unidos, substituindo o processo de auto-regulação dos auditores (VE, 2010-b; NIERO, 2009). Em relação ao processo de fiscalização, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) demonstra uma maior preocupação com a qualidade das auditorias. | | | | X | 1 | 0,33 | | | |
| Destaca-se a ênfase do sistema de controles internos ao permanente monitoramento do risco, especialmente quanto às novas hipóteses, mediante procedimentos de revisão e atualização periódica do sistema de controles internos, inclusive através da atividade de auditoria interna, que, segundo a norma, deve fazer parte do sistema de controles interno e com subordinação direta ao conselho de administração ou, na falta desse, à diretoria da instituição. Outrossim, é importante referir o avanço brasileiro convergente ao proposto pelo Comitê de Basiléia, isto é, a auto-regulação, em que as instituições se auto-fiscalizam, cumprindo ao regulador a função de cobrar a manutenção de um sistema de controles internos adequado à estrutura e às operações realizadas pela instituição financeira. | X | 1 | 0,50 | | | | | | |
| O desenvolvimento das técnicas de fiscalização, controle e supervisão das instituições financeiras, sendo elas públicas ou privadas, faz do BANCE um dos elementos principais na implementação de normas e princípios de regulação, ampliando a responsabilidade em março de 1996, das empresas de auditoria contábil e dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades nas instituições financeiras. Dessa forma, criou-se um incentivo para que esses agentes informem ao Banco Central sempre que forem identificados problemas ou que houver recusa do banco em divulgar as informações. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| A tradicional razão de capital nos bancos tem por objetivo acompanhar a participação dos recursos dos acionistas em relação aos recursos totais do banco, enquanto a razão regulatória inclui recursos estáveis que não pertencem aos acionistas e considera como exposição ao risco as operações ativas e passivas. Logo, percebe-se que a razão de capital regulatória pode ser definida tanto como uma razão de capital quanto como uma medida de risco, por contemplar ambas as medidas. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |

continua

Quadro 2- Relação de Artigos, teses e dissertações que respondem ao problema de pesquisa.

conclusão

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|------|---|---|------|
| Se um dos maiores influenciadores do livre mercado repensou algumas de suas visões quanto à regulação, empresas, pensadores, e governos não teriam deixado de fazer o mesmo. Modelos nacionais de regulação nenhuma ou auto-regulação pura poderiam ser tão insuficientes para o mercado quanto alguns paradigmas de regulação excessiva e inflexível. Um pouco antes da entrevista acima, o Banco Central do Brasil (BACEN) editou a Resolução 3098/2004 que procurou estimular, incorporar e atualizar a prática do comitê de auditoria nas maiores instituições financeiras do país. Esse precedente regulatório pode ser interpretado como um registro de valorização dos benefícios de transparência, credibilidade e equilíbrio patrocinado pelo BACEN via adoção de instrumentos de controles e de governança. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| O estopim de uma crise sistêmica foi aceso pela crise do Banco Econômico, em agosto de 1995, do Banco Nacional, em novembro de 1995, uma crise que se afigurava muito mais grave do que todas as crises bancárias anteriores, devido à dimensão desses bancos, o 4º, o 3º no ranking nacional. Foi essa avaliação de ameaça de uma “crise sistêmica” que levou o governo a lançar um plano de emergência, o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e de outras medidas saneadoras e de fortalecimento do sistema financeiro, em novembro de 1995. | | | | | | | X | 1 | 0,06 |
| Conforme dispõe a Lei nº 6.385/76, dentre as competências da CVM estão regulamentar as disposições nela contidas e fiscalizar as companhias abertas, a emissão, distribuição, negociação e intermediação de valores mobiliários no mercado, a organização, funcionamento e operações das Bolsas de valores, a administração de carteiras e custódia de valores mobiliários, a auditoria das companhias abertas e os serviços de consultor e analista de valores mobiliários. No que se refere ao poder disciplinador da CVM sobre as instituições e agentes por ela regulados, a Lei nº 6.385/76 dispôs que a Comissão teria poderes, no exercício de suas atribuições, para examinar registros contábeis, livros ou documentos, intimar para prestar esclarecimentos, apurar, mediante inquérito administrativo, atos ilegais ou práticas não equitativas. | | | | X | 1 | 0,33 | | | |
| Em virtude dos efeitos perniciosos da Crise Financeira de 1929, foi criado em 1930 o Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements - BIS). Trata-se de uma organização internacional que fomenta a cooperação entre os bancos centrais e outras agências, em busca da estabilidade monetária e financeira. Assim, atua como um agente de cooperação para os bancos centrais, fornecendo aporte financeiro emergencial em caso de crises que ameacem o sistema financeiro internacional como um todo. Com o avanço do processo de integração global da supervisão e regulação das instituições financeiras, foi concebido, em 1975, o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (Basel Committee on Banking Supervision - BCBS), vinculado ao BIS. Inicialmente, foi composto pelos bancos centrais dos países integrantes do Grupo dos Dez (G-10). | | | | | | | X | 1 | 0,06 |

Fonte: Elaborado pelo autor

No quadro 3 fez-se a demonstração da quantidade de autores que têm se dedicado a pesquisa de leis, princípios e normas para regulação do sistema financeiro nacional. Do levantamento feito observou-se um total de 28 autores numa margem de 0,04% a 0,14% de frequência dos autores de artigos, dissertações e teses de doutorado que abordam assuntos relacionados à regulação da auditoria em sistemas bancários tendo como foco o cenário econômico nacional.

Quadro 3- Autores dos Artigos, Teses e Dissertações de mestrado analisados.

| AUTORES | Ocor. | %Freq. |
|---|--------------|---------------|
| Marcelo Davi Xavier Da Silveira Datz | 1 | 0,04 |
| Tomás Lima De Carvalho | 1 | 0,04 |
| Fernando Pimentel Puga | 1 | 0,04 |
| Claudemir Martins | 1 | 0,04 |
| Eduardo Silva De Medeiros | 1 | 0,04 |
| William Ken Aoki | 1 | 0,04 |
| Gustavo Mathias Alves Pinto | 1 | 0,04 |
| Tomás Hickmann | 1 | 0,04 |
| Vicente Piccoli Medeiros Braga | 1 | 0,04 |
| Ivan Carlos Almeida dos Santos | 1 | 0,04 |
| Patrícia Olga Camargo | 1 | 0,04 |
| Antônio Nunes Pereira | 1 | 0,04 |
| Gentil Corazza | 1 | 0,04 |
| Paula Marina Sarno | 1 | 0,04 |
| Leonardo Vizeu Figueiredo | 1 | 0,04 |
| Pedro Americo Herbst; Antonio Marcos Duarte Júnior | 2 | 0,07 |
| Luiz Alberto D'Ávila de Araújo; Paulo de Melo Jorge Neto; Fabrício Linhares | 3 | 0,11 |
| Dimas M. Fazio; Benjamin M. Tabak; Daniel O. Cajueiro; Joe Akira Yoshino | 4 | 0,14 |
| Jorge Katsumi Niyama; Fábio Moraes da Costa; José Alves Dantas; Erivan Ferreira Borges. | 4 | 0,14 |
| TOTAL | 28 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela a seguir demonstra o que foi explanado no quadro 3, sobre a participação dos professores, acadêmicos e pesquisadores na busca incansável de informações de normalização e medidas cautelares para o fortalecimento e proteção cada vez mais do sistema financeiro nacional brasileiro. Observa que dos 28 autores pesquisados que se dedicam ao estudo das medidas de regulação da auditoria em sistemas bancários, boa parte deles são acadêmicos de cursos de graduação e alguns órgãos governamentais com uma frequência de 57,1% de artigos publicados

em revistas e em congressos nacionais e internacionais, 7,1% em dissertações de mestrado e 10,7% em teses de doutorado, conforme suscitado abaixo.

Tabela 2- Número de autores por artigos, Teses e Dissertações analisados.

| Autores | AutorArtigo | AutorDissert. | AutorTese | TotalAutor |
|------------|-------------|---------------|-----------|------------|
| Ocorrência | 16 | 2 | 3 | 28 |
| Frequência | 57,1 | 7,1 | 10,7 | 75,0 |
| % Acumulo | 57,1 | 64,3 | 75,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

É de realçar que da amostra dos 28 autores pesquisados, existe uma margem de 4% a 12% de participação destes, nas instituições universitárias públicas, privadas e outros em instituições governamentais, conforme demonstrado no quadro e no gráfico a seguir:

Quadro 4- Relação da quantidade de Instituições a qual os autores estão filiados

| UNIVERSIDADES FILIADAS | Ocor. | % Freq. |
|---|--------------|----------------|
| Fundação Getúlio Vargas Escola de pós-graduação em economia (EPGE) Dissertação de mestrado Rio de Janeiro 2002 | 1 | 4,00 |
| Instituto dos Advogados de São Paulo | 1 | 4,00 |
| Universidade Estadual Paulista (UNESP) | 1 | 4,00 |
| Departamento econômico do BNDES | 1 | 4,00 |
| Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC | 1 | 4,00 |
| Universidade Federal do Ceará (UFC) | 1 | 4,00 |
| Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul FAPERGS | 1 | 4,00 |
| Faculdades IBMEC-RJ | 1 | 4,00 |
| Instituto Brasileiro de Direito Público | 1 | 4,00 |
| Universidade Federal do Paraná | 1 | 4,00 |
| Universidade Federal de Minas Gerais Mestrando em Direito Professor do curso de direito do Centro Universitário Newton Paiva | 1 | 4,00 |
| Faculdade de Direito Universidade de São Paulo (Dissertação) | 1 | 4,00 |
| Advances in Scientific and Applied Accounting. São Paulo, V.4, N.2, P.127-161, 2011. | 1 | 4,00 |
| Universidade Federal do Rio De Janeiro Instituto de Economia – Curso de pós-graduação em Economia – Doutorado em Economia | 2 | 8,00 |
| Universidade Federal Fluminense Universidade Petrobras/FIPECAFI – FACED | 2 | 8,00 |
| Banco Central do Brasil Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP | 2 | 8,00 |

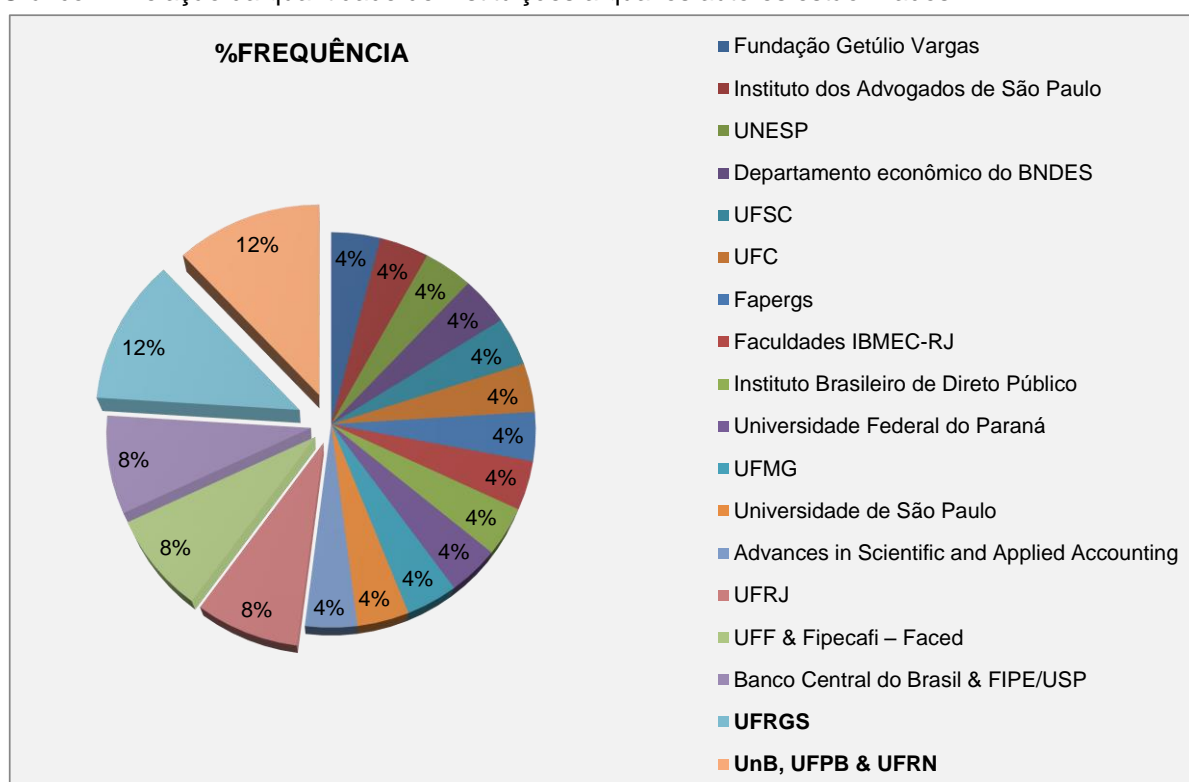
continua

Quadro 4- Relação da quantidade de Instituições a qual os autores estão filiados

| conclusão | | |
|---|-----------|-------|
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de ciências econômicas Departamento de ciências contábeis e atuariais | 3 | 12,00 |
| Universidade de Brasília (UnB) Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | 3 | 12,00 |
| TOTAL | 25 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2- Relação da quantidade de Instituições a qual os autores estão filiados



Fonte: Elaborado pelo autor

Constatou-se pelos cálculos que das 25 instituições na qual os autores estão filiados, há uma frequência de participação de 64% em artigos, 8% em dissertações de mestrado e 12% em teses de doutorado conforme observado nos cálculos da tabela a seguir.

Tabela 3- Número de Autores por instituições

| Nº | Autor Artigo | Autor Dissertação | Autor Tese | Total Instituições |
|-----------|--------------|-------------------|------------|--------------------|
| Ocor. | 16 | 2 | 3 | 25 |
| %Freq. | 64 | 8 | 12 | 84 |
| Acumulado | 64 | 72 | 84 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro abaixo mostra o detalhamento dos tipos, procedimentos, técnicas e abordagens de pesquisa metodológica empregados nos 21 documentos analisados. Observa-se que a maioria dos artigos, teses e dissertações analisados não informam a metodologia de pesquisa utilizada 15 (93,8%). Quanto aos objetivos constatou-se que 18 (78,3%) não foram claros em abordar os objetivos, há vendo uma ligeira dispersão entre a pesquisa descritiva 2 (8,7%) e a exploratória 3 (13%). Quanto aos procedimentos, observa-se pelos cálculos que 17 (81%) não informam o tipo utilizado, havendo uma igualdade de 2 (9,5%) entre a documental e o levantamento bibliográfico. Quanto à abordagem, deu-se de forma igualitário, tanto na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa 2 (9,5%), sendo que dos 21 artigos, teses e dissertações analisados 1 (4,8%) destes, foram analisados com base na abordagem empírico-analítica e 16 (76,2%) não informam o tipo de abordagem utilizado. Isso significa que o estudo empírico-analítico, é menos destacado nas pesquisas.

Quadro 5- Tipos de pesquisa, procedimentos, técnicas e abordagem destacada nos artigos, teses e dissertações de mestrado.

| MÉTODO UTILIZADO | Ocor. | % Total de artigos | TIPOLOGIA DO ESTUDO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS | Ocor. | % Total de artigos |
|---|--------------|---------------------------|---|--------------|---------------------------|
| Indutivo | | | Estudo de caso | | |
| Dedutivo | | | Documental | 2 | 9,5 |
| Hipotético - dedutivo | 1 | 6,25 | | | |
| Não informado | 15 | 93,75 | Levantamento Bibliográfico | 2 | 9,5 |
| Outro | 3 | 15,79 | Não informado | 17 | 81,0 |
| | | | | | |
| TIPOLOGIA DO ESTUDO QUANTO AOS OBJETIVOS | Ocor. | % Total de artigos | TIPOLOGIA DO ESTUDO QUANTO À ABORDAGEM | Ocor. | % Total de artigos |
| Exploratória | 3 | 13,0 | Qualitativa | 2 | 9,5 |
| Descritiva | 2 | 8,7 | Quantitativa | 2 | 9,5 |
| Exploratória Descritiva | – | | Mista | | |
| | | | Empírico-analítica | 1 | 4,8 |
| Não informado | 18 | 78,3 | Não informado | 16 | 76,2 |
| Outro | | | Outro | | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Verificou-se pelos cálculos do quadro 5 que a maior parte dos autores não informam a tipologia do estudo quanto aos objetivos. Mas, constou-se nas leituras mais aprofundadas dos artigos, dissertações e teses, que cada um deles destacou os objetivos apenas como uma forma de chegar aos resultados esperados da pesquisa, tendo uma folga de 4,8% a 9,5% dos que abordam com afinco os objetivos pretendidos. Tais objetivos foram de formas a descrever, analisar, promover e avaliar as medidas de regulação do sistema financeiro nacional, destacando as medidas tomadas nos acordos da Basileia e a atuação dos auditores na fiscalização dos controles internos das instituições bancárias, conforme atestado abaixo.

Quadro 6- Descrição dos objetivos dos artigos, Dissertações e Teses analisados.

| OBJETIVOS | Ocor. | % |
|--|--------------|----------|
| Analisar as medidas tomadas no Brasil nos últimos anos para reduzir o risco de uma crise sistêmica, avaliando os impactos sobre a eficiência de longo prazo da economia e suas consequências para a estabilidade do sistema. | 1 | 4,76 |
| Fazer uma abordagem da atuação regulatória do Estado no Mercado Financeiro, contrapondo-a ao princípio da autonomia privada, discorrendo, para tanto, acerca das atuais estruturas existentes no Brasil para essa regulação financeira e os principais agentes reguladores do mercado financeiro. | 1 | 4,76 |
| Avaliar a reestruturação do sistema financeiro brasileiro pós-estabilização da economia e sua atual solidez. | 1 | 4,76 |
| Estudar quais foram os motivos que levaram o sistema bancário nacional brasileiro a manter-se sólido frente à crise americana de 2008. | 1 | 4,76 |
| O presente trabalho pretende discorrer sobre a atividade de auditoria independente, o papel dos profissionais que atuam nesta atividade e as normas profissionais existentes no Brasil, enfatizando as normas mais restritivas e divergentes emanadas pelos órgãos reguladores governamentais (sistema de intervenção direta) face às normas emanadas pelos órgãos de classe (sistema de auto-regulação profissional), em relação ao comportamento do auditor independente no exercício de sua função. | 1 | 4,76 |
| analisar os Princípios Essenciais para uma Supervisão Bancária Eficaz, e as repercussões no Sistema Financeiro Nacional | 1 | 4,76 |
| Descrever e compreender os sistemas vigentes de regulação sistêmica e prudencial no setor bancário nacional, produzindo o diagnóstico do arcabouço regulatório voltado à prevenção de crises bancárias; e verificar como as transformações ocorridas no sistema financeiro nas últimas décadas afetam esse arcabouço regulatório. | 1 | 4,76 |
| Avaliar criticamente a evolução do processo de regulação da atividade de auditoria independente no Brasil, tendo por base os preceitos da teoria da regulação. | 1 | 4,76 |
| Analisar a legislação aplicável às instituições financeiras no que tange controles internos e auditoria interna. | 1 | 4,76 |
| Considerar a legislação existente para o segmento no Brasil, estabelecendo uma comparação com a legislação do setor bancário. | 1 | 4,76 |
| Demonstrar um panorama da regulação da atividade bancária no Brasil, através da elucidação de quem são os agentes reguladores e de como se dá a supervisão e a regulação em linhas gerais; Outrossim, buscou demonstrar o que seria Comitê da Basileia e sintetizar o conteúdo de alguns de seus principais trabalhos. | 1 | 4,76 |

continua

Quadro 6- Descrição dos objetivos dos artigos, Dissertações e Teses analisados.

| | conclusão | |
|---|-----------|------|
| Identificar os fatores determinantes da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes nas instituições bancárias integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), contribuindo para o melhor conhecimento sobre o funcionamento da atividade de auditoria nesse ambiente. | 1 | 4,76 |
| Evidenciar a adequação do Sistema Financeiro Nacional às normas propostas pelo Comitê de Basiléia, que buscam reduzir o risco bancário. | 1 | 4,76 |
| Verificar as características do sistema bancário brasileiro se mantêm, analisando as atuais estratégias dos bancos brasileiros, comparando-as conforme o tipo de controle, se público, privado nacional ou estrangeiro. É objetivo deste trabalho também de verificar as diferenças e semelhanças entre as instituições selecionadas e entre esses tipos de controle. | 1 | 4,76 |
| Esclarecer o que tem levado os bancos brasileiros a manterem um nível de capital muito superior ao mínimo estabelecido pelo regulador e investigar se o elevado nível de capital dos bancos aumenta ou reduz o nível de riscos | 1 | 4,76 |
| Elaborar uma visão conceitual e empírica qualitativa das práticas de comitê de auditoria com foco nos 4 (quatro) maiores bancos brasileiros em 2004 | 1 | 4,76 |
| Fazer uma análise da crise e da reestruturação do sistema bancário brasileiro, após a implantação do Plano Real, em junho de 1994. | 1 | 4,76 |
| A análise do caso brasileiro teve dois objetivos: i) investigar se, no âmbito das reformas dos anos 70, a criação da CVM promoveu um ambiente de maior proteção para o investidor; ii) examinar quais foram os efeitos das medidas implementadas, de 1976 a 1986, pelo novo órgão regulador, sobre o mercado de capitais. | 1 | 4,76 |
| Analisar o Sistema Financeiro brasileiro, apontando sua estrutura e principais características no que tange ao mercado bancário, os Acordos de Basiléia, a crise financeira do mercado imobiliário norte-americano e seus reflexos no que tange a supervisão e regulação do mercado financeiro. | 1 | 4,76 |
| Promover o desenvolvimento equilibrado do sistema financeiro nacional para o cumprimento dos interesses da coletividade. Apresentar as principais regulamentações do SFN, compreendendo a legislação dos mercados bancário, de capitais, seguro e previdência. | 2 | 9,52 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Os objetivos demonstrados anteriormente, foram alcançados de acordo com o que está sendo pautado no quadro 7. Isto é, dos 21 artigos, teses e dissertações de mestrados analisados, há uma chance de 4,8% a 9,3% dos autores alcançarem com sucesso os seus objetivos. Isso significa que dos 21 documentos científicos apreciados, existe a probabilidade de uma (1) a duas (2) possibilidades dos mesmos chegarem aos resultados pretendidos. Dessa análise, podemos chegar à conclusão de que os resultados das pesquisas por mais que sejam confiáveis, subsistem distorções que podem afetar o bom andamento dos estudos.

Quadro 7- Resultados alcançados na análise dos dados de cada Artigo, Dissertação e Teses de metrados analisados.

| RESULTADOS ALCANÇADOS | Ocor. | % Freq. |
|---|--------------|----------------|
| Os resultados demonstram que a abertura do mercado bancário brasileiro às instituições estrangeiras fortaleceu o sistema financeiro nacional, não só pela entrada de bancos com reconhecida capacidade financeira, mas pelo impacto positivo que a concorrência gerou sobre as maiores instituições privadas brasileiras. A concentração bancária verificada nos últimos anos excluiu do mercado as instituições que não mostraram capacidade de crescimento e de geração de resultados, tornando o sistema financeiro mais sólido e menos propenso às crises sistêmicas. | 1,00 | 4,76 |
| O Mercado Financeiro trata de alternativa válida e cabal para o financiamento de empresas privadas, mediante a captação de recursos privados (poupança popular) para financiamento de suas atividades. Com efeito, o mercado financeiro brasileiro se mostra um importante mecanismo de financiamento das empresas nacionais e estrangeiras e, via de consequência, um impulsionador da economia nacional. Todavia, se trata de um investimento de risco, já que não se garante a obtenção de lucros, podendo o investidor não só deixar de alcançar o resultado pretendido (retorno da quantia investida), mas ainda, perder todo o seu investimento. Deste modo, na medida em que almeja a captação de poupança pública para financiamento de atividades empresariais privadas, o Mercado financeiro “depende primordialmente da regulação não somente como condição de funcionalidade, mas como garantia dos próprios interesses sociais” com vistas a assegurar o funcionamento a contento do próprio mercado e de proteger o interesse público e social. | 1,00 | 4,76 |
| 1- Os bancos privados nacionais se encontram atualmente em uma posição menos vulnerável do que estavam nos primeiros anos pós-Plano Real. 2- O nível de inadimplência do sistema bancário brasileiro, de 10,3% em dezembro de 1998, esteve fortemente concentrado nos bancos múltiplos e comerciais públicos federais. 3- O Proes, ao contrário dos programas anteriores de saneamento dos bancos estaduais, tem levado a uma redução significativa da participação dessas instituições no sistema financeiro nacional, além de melhoria na gestão dos recursos. 4. O ingresso de bancos estrangeiros tem contribuído para dar mais solidez e eficiência ao sistema financeiro nacional. 5- O grau de incerteza quanto ao impacto da maior presença estrangeira no sistema financeiro nacional ainda é bastante elevado. Em especial, existe a preocupação a respeito de quantos bancos privados nacionais devem resistir ao aumento da concorrência. 6- O sistema financeiro não deve ser seriamente atingido pela desvalorização cambial. Uma parcela significativa das captações externas tem sido realizada por bancos estrangeiros, que podem recorrer às suas matrizes no exterior para resolver eventuais dificuldades em honrar compromissos externos. | 1,00 | 4,76 |
| Nenhuma resposta sintética é abrangente o bastante para responder de forma satisfatória se a crise afetou ou não o sistema bancário do Brasil, mas, com base no conjunto de fatores analisados, incluindo histórico do sistema financeiro brasileiro, ambiente regulatório, maturação do mercado e fundamentos macroeconômicos, pode-se afirmar que os bancos brasileiros estão mais sólidos que a média internacional. | 1,00 | 4,76 |
| Os auditores independentes ainda permanecem como sendo um dos principais elementos para promoção da credibilidade do público investidor no mercado de capitais, contribuindo para uma razoável segurança sobre a fidedignidade das informações divulgadas pelos emissores de valores mobiliários e atuando como uma espécie de apêndice dos órgãos reguladores e fiscalizadores, na missão de acompanhamento do aludido mercado, especificamente quanto à verificação das informações de naturezas contábil e financeira. | 1,00 | 4,76 |

continua

Quadro 7- Resultados alcançados na análise dos dados de cada Artigo, Dissertação e Teses de mestrados analisadas.

| | | |
|--|------|------|
| Pode-se observar que os Princípios para uma Supervisão Bancária eficaz prezam pela clareza e transparência dos atos envolvendo as Instituições Financeiras, para que as entidades supervisoras tenham condições de diagnosticar antecipadamente as mazelas existentes, e também para que estas tenham poderes e mecanismos suficientes para gerenciar os Sistemas Financeiros Nacionais e Internacional de maneira estável. | 1,00 | 4,76 |
| A regulação do SFN passou por notáveis avanços nas últimas décadas. O arcabouço regulatório pátrio possui inúmeras virtudes e estas devem ser celebradas em razão de sua importância na proteção do SFN em relação aos problemas verificados em outros países na crise recente. Isso, no entanto, não deve cegar as autoridades ao fato de que ainda existem falhas a serem corrigidas. Igualmente, deve-se atentar que muitos dos graves problemas constatados no exterior e que representam verdadeiros desafios para a atuação de autoridades bancárias estrangeiras também começam a se manifestar, ou então já estão presentes, no Brasil. | 1,00 | 4,76 |
| A revisão da literatura indica que, não obstante questionamentos pontuais, o entendimento que tem prevalecido historicamente entre os reguladores de mercado e da própria profissão é que a regulação da atividade de auditoria independente é um instrumento relevante para aumentar a confiabilidade e a credibilidade das informações contábeis, essenciais para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais. O argumento se sustenta na premissa de que as normas são essenciais para a delimitação das responsabilidades dos auditores, o estabelecimento do padrão dos pronunciamentos, o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a abrangência do trabalho, a limitação de atividades que possam comprometer – real ou aparentemente - os requisitos de independência e de ceticismo profissional, entre outros aspectos. | 1,00 | 4,76 |
| Tanto o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia quanto o Banco Central do Brasil tentaram salientar a importância de manter um setor de Controles Internos e Auditoria Interna a fim de alcançar os resultados desejados. Dispuseram a respeito dos procedimentos que tornam o negócio bancário mais seguro e que, por consequência, acabam por proteger o interesse econômico na manutenção das instituições financeiras vivas e fortes. | 1,00 | 4,76 |
| Verificamos que o ambiente regulamentar brasileiro, apesar de ter sido significativamente alterado ao longo da última década, não perdeu sua base altamente restritiva. O problema torna-se mais grave na medida em que a legislação tenta mitigar a exposição ao risco de crédito dos fundos de pensão criando diferentes tipos de restrições por instrumentos financeiros e/ou classes de ativos. Isto é pouco efetivo na prática, gera perdas de rentabilidade, dificulta a gestão de ativos e passivos, e cria distorções em termos de taxas que são praticadas pelo mercado. Embora possam ser feitas modificações nas ponderações e fatores de mitigação de risco, o arcabouço da metodologia apresentada pode aperfeiçoar a administração de recursos dos fundos de pensão, assim como facilitar substancialmente os trabalhos de auditoria e supervisão externas. | 1,00 | 4,76 |

continua

Quadro 7- Resultados alcançados na análise dos dados de cada Artigo, Dissertação e Teses de mestrados analisadas.

| | | |
|--|------|------|
| <p>A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, estabelece as diretrizes que devem ser observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB no estabelecimento e na implementação da política de responsabilidade socioambiental (PRSA). Essa resolução é o resultado de uma ampla discussão com a sociedade, inclusive por meio da Audiência Pública nº 41, realizada no período de 13 de junho de 2012 a 11 de Setembro de 2012, cujo edital foi apresentado durante a conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O principal desafio no aspecto regulatório é termos uma legislação moderna e flexível em função da implementação das reformas do SFN e do sistema previdenciário.</p> | 2,00 | 9,52 |
| <p>Dos resultados alcançados destacou-se dois principais problemas aqui enfrentados: a legitimidade das determinações formuladas pelo Comitê para o cenário nacional e a titularidade da atividade regulatória. Quanto ao primeiro problema, uma abordagem mais sensata parece sugerir que as normas formuladas pelo Comitê devem ser questionadas, criticadas e adotadas conforme a sua conveniência, sendo que seu aparente etnocentrismo em nada prejudica, desde que na vida real possamos vislumbrar boas consequências. Destacando o Comunicado 12746/04 do BACEN que, ao estruturar um plano de implementação do 'Basileia II' para o Brasil, optou por não se utilizar de <i>ratings</i> divulgados por agências externas para fins de apuração do requerimento de capital.</p> <p>Por fim, mas de modo algum menos importante, o segundo problema trata de uma questão de <i>realpolitik</i>, o assunto (regulação) seria demasiadamente complexo e sensível, de modo que medidas eminentemente pragmáticas deveriam ser adotadas. O próprio STF haveria incorporado esse norte em sua atuação, ainda que de uma maneira um tanto quanto preocupante.</p> | 1,00 | 4,76 |
| <p>Tendo por base os dados da amostra e os procedimentos metodológicos definidos no Capítulo 4, os testes empíricos compreendem duas etapas principais: a apuração das proxies de qualidade de auditoria; e a realização de testes de associação dessas proxies com variáveis representativas de incentivos dos auditores, que permita concluir sobre a corroboração ou não das hipóteses de pesquisa formuladas.</p> | 1,00 | 4,76 |
| <p>De acordo com o que se examinou conclui-se pela transformação recente do Sistema Financeiro Nacional (a partir de 1994), que passa a ser um sistema financeiro mais concentrado, seguro e muito competitivo. A competitividade foi estimulada, sobretudo em função do elevado número de instituições estrangeiras que passaram a compor o mercado bancário brasileiro, principalmente com a edição do PROER e do PROES, quando houve grande estímulo às aquisições de instituições nacionais. Este novo setor financeiro tem sua atuação ampliada, com maior atuação em escala universal ou então em nichos muito especializados.</p> <p>Destaca-se aqui o modelo adotado na reforma monetária-financeira de 1964/65, inspirado no padrão norte-americano, cuja ênfase consistia na atuação por segmentos de especialização. Como esse modelo não se mostrou adequado, foi autorizada a criação e a reestruturação dos bancos existentes na forma de bancos múltiplos, com atuação universal (em 1988).</p> | 1,00 | 4,76 |

continua

Quadro 7- Resultados alcançados na análise dos dados de cada Artigo, Dissertação e Teses de mestrados analisadas.

| | conclusão | |
|--|------------------|------|
| Neste artigo acadêmico foram analisados a evolução dos bancos nacionais e internacionais. Em todos os bancos analisados, percebeu-se que há uma tendência de crescimento do lucro líquido, a qual se intensificou, especialmente, a partir de 2004. Esse maior crescimento pode ser explicado, principalmente, pelo fato de os bancos terem conseguido obter resultados positivos com a expansão do crédito, com destaque para os segmentos de crédito consignado e de financiamento de veículos. No caso dos bancos públicos, o maior crescimento do lucro líquido foi verificado desde 2002, devido às medidas implementadas pelo PROEF, tendo se intensificado, posteriormente, devido à ampliação das operações de crédito, principalmente do crédito consignado. | 1,00 | 4,76 |
| Dentre as variáveis estratégicas dos bancos que afetam o nível de capital, observa-se o impacto do tamanho do banco, o custo de oportunidade do capital e o controle corporativo, mostrando que quanto maior o banco, menor é sua parcela relativa de capital devido à facilidade de acesso aos mercados de capitais; que o custo de oportunidade do capital desencoraja manter capital em excesso; e que os bancos que participam de grupos bancários apresentam uma razão maior de capital e, portanto, maior aversão ao risco. Na avaliação do grau de risco nos bancos brasileiros, observa-se o tamanho do banco, indicando que quanto maior é o banco, maior é sua capacidade de diversificar os riscos. | 1,00 | 4,76 |
| O resultado do estudo forneceu evidências de que o comitê de auditoria possui, aparentemente, responsabilidades e expectativas mais amplas ao relacionamento exclusivo com o auditor independente, além de existirem indícios de que a prática varie entre os 4 (quatro) maiores bancos brasileiros. | 1,00 | 4,76 |
| O processo de reestruturação do sistema financeiro associado à abertura ao capital externo e à adaptação das instituições ao ambiente econômico de baixa inflação está longe do seu término. O movimento em curso não permite interpretações definitivas; ao contrário, suscita inúmeras questões sobre a configuração do sistema financeiro nacional, a melhoria na qualidade dos serviços bancários, a definição de um padrão de financiamento para a economia brasileira, com o necessário alongamento dos prazos das aplicações financeiras e das operações de crédito. | 1,00 | 4,76 |
| Com relação ao esforço normativo realizado pela CVM, em especial quanto à divulgação de informações, teria sido promovido, de fato, um aperfeiçoamento da regulação. Apesar das dificuldades originadas da transferência do cadastro das SACAs, herança do Banco Central, que era constituído de empresas que não atuavam, realmente, como companhias abertas, os esforços normativos e de monitoramento da CVM foram promovidos no sentido de melhorar a qualidade, reduzir a inadimplência no cumprimento das exigências de prestação de informações, ampliar o acesso do público às informações das empresas, além de regulamentado a divulgação de fato relevante e a coibição da prática de negociação com base em informação privilegiada. | 1,00 | 4,76 |
| Por sua vez, o Brasil, economia considerada em desenvolvimento, foi um dos países cujo mercado interno demonstrou-se mais bem-preparado para fortes oscilações na Ordem Econômica Internacional do que as economias, até então, consideradas desenvolvidas e paradigmas para o mundo. Todavia, torna-se necessário a criação de novos paradigmas que se traduzam em metas de supervisão e regulação, devendo ser criados novos instrumentos para tanto. | 1,00 | 4,76 |

Fonte: Elaborado pelo autor

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As crises financeiras, os escândalos de corrupção, fraudes, roubos e desvios de verbas que vêm intercorrendo no mercado financeiro, tanto nos países estrangeiros quanto no Brasil, em geral nas empresas e nas instituições financeiras, fazem com que as instituições normativas adotem regras normatizadoras e princípios que norteiam todas as transações, garantindo credibilidade, proteção e eficácia no momento em que investidores objetivam colocar seus recursos no mercado financeiro, sem riscos de perdas. Por este motivo, questiona-se neste trabalho as medidas adotadas para regulação da auditoria em sistemas bancários já demonstradas em estudos científicos publicados no Brasil, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional? Para responder tal questão, determinou-se o seguinte objetivo principal: Analisar as publicações nacionais que abordam as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional. Para alcançar tal objetivo, foram analisados minuciosamente 21 documentos científicos, discriminados em artigos acadêmicos e de algumas instituições governamentais, teses de doutorados e dissertações de mestrado, dando respaldo à questão de pesquisa. Os resultados alcançados foram tabulados e analisados em tabelas, quadros e gráficos para chegar ao objetivo principal em análise.

Deste levantamento, constatou-se que, estão sendo feitas pesquisas sobre as medidas de regulação da auditoria em sistemas bancários, destacando-se a criação da: Medida provisória nº 1.179/95, que criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), Medida Provisória 1.334/96 que instituiu a responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades nas instituições financeiras, fortalecendo os auditores externos a informarem ao Banco Central sobre as eventuais dificuldades das instituições, Lei nº 6.385, de 07.12.1976, que criou a CVM, autarquia formada para disciplinar e estabelecer medidas de atuação no mercado de valores mobiliários. Complementarmente, a Lei nº 6.404, de 15.12.1976, propôs o novo ordenamento jurídico sobre as regras de funcionamento das sociedades por ações, delimitando os parâmetros de relacionamento entre os acionistas controladores e minoritários,

normas de funcionamento dos órgãos societários, normas contábeis e a divulgação de informações dessa sociedade. Outra ação em discussão no país é a criação de um órgão de supervisão semelhante ao *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB)², substituindo o processo de auto-regulação dos auditores, criação do Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements - BIS*)³ em 1930, em virtude dos efeitos perniciosos da Crise Financeira de 1929, e a concepção em 1975 do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (*Basel Committee on Banking Supervision*, vinculado ao BIS).

Contudo, verificou-se neste trabalho que estão sendo feitas pesquisas e estudos para reforçar as normas de proteção do sistema financeiro nacional, em virtude das críticas geradas por parte dos investidores e poupadores de créditos. Por isso, é de suma importância o papel dos auditores, na supervisão e análise dos controles internos dos Bancos, evitando brechas de acontecimentos desastrosos nas empresas e nas instituições financeiras.

Com relação aos objetivos específicos, foram cumpridos da seguinte forma:

1) Verificou-se por meio de artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, sites e em anais da internet, as normas de regulação de auditoria em sistemas bancários tendo como foco especial à situação brasileira nesse cenário, conforme discorridos anteriormente.

2) Identificou-se que estão sendo feitos estudos científicos de medidas para regulação da auditoria em sistemas bancários nacionais em 28 instituições públicas, privadas e em órgãos governamentais como o Banco Central e o Departamento Econômico do BNDES.

3) Analisou-se de forma minuciosa as publicações nacionais como, artigos, teses e dissertações de mestrado, que abordam as medidas adotadas na regulação da auditoria em sistemas bancários, tendo como foco a análise do cenário econômico nacional e constatou-se que o BACEN, órgão responsável pela regulação, criação de normas e princípios, juntamente com outras entidades como, a CVM, estão cada vez mais empenhadas no aprimoramento das medidas de proteção do sistema financeiro nacional.

² Uma entidade sem fins lucrativos criada pela *Sarbanes-Oxley* em 2002 para fiscalizar os trabalhos dos auditores e, conseqüentemente, proteger os interesses dos investidores dos Estados Unidos.

³ Uma organização internacional que fomenta a cooperação entre os bancos centrais e outras agências, em busca da estabilidade monetária e financeira.

Como tudo, nada é feito de forma fácil, sempre encontramos barreiras e dificuldades na elaboração de qualquer trabalho, sendo ele científico ou acadêmico; e neste, as dificuldades encontradas foram: pouca publicação de artigos, teses e dissertações de mestrado que abordam o tema em análise, falta de especificação dos objetivos e da metodologia aplicada pelos autores para alcançar os resultados esperados.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Devido aos percursos e dificuldades encontrados na análise dos artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado, que abordam com afinco o tema em questão, deixa-se a sugestão para futuras pesquisas, da criação de um parâmetro pré-estabelecido de normas, princípios e convenções, no momento em que as entidades prescrevem as diretrizes para regulação da auditoria em sistemas bancários, dando respaldo aos auditores, ou seja, a atuação dos auditores independentes é entendida como fundamental para o funcionamento dos mercados financeiro e de capitais, considerando a premissa de que, ao emitir opinião sobre a fidedignidade das informações contábeis, contribui para um ambiente de negócios caracterizado pela confiabilidade e credibilidade. (ARENS; LOEBBECKE, 1996; NEWMAN; PATTERSON; SMITH, 2005; U.S. CHAMBER OF COMERCE, 2006; OJO, 2008; BCBS, 2008; ZAGONOV, 2011)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-THUNEIBAT, Ali A.; KHAMEES, Basheer A.; AL-FAYOUMI, Nedal A. ***The effect of qualified auditors' opinions on share prices: evidence from Jordan.*** *Managerial Auditing Journal*, v. 23, p. 84-101, 2008.

ARAÚJO, C. A. A. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais.** Em *Questão*, v. 12, n. 1, 2007.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ATTIE, William. **AUDITORIA: Conceitos e Aplicações.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição e evolução do Sistema Financeiro. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?sfncompev>. Acesso em 13 Nov. 2014.

COSTA, Roberto T. da. **Crise mundial e as instituições financeiras e do mercado de capitais.** *Revista USP*, n.85 , p.71-81, mar./mai. 2010.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SAO PAULO. **Curso de auditoria de instituições financeiras - 3.** São Paulo: Atlas, 1994. p.309.

CREPALDI, Silvio A.. **AUDITORIA CONTÁBIL: Teoria e prática.** 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013.

DANTAS, José A. et al. (16 de 10 de 2012). **REGULAÇÃO DA AUDITORIA EM SISTEMAS BANCÁRIOS: Análise do Cenário Internacional e Fatores Determinantes.** Disponível em: <<http://www.spell.org.br/>> Acesso em: 24/08/2014

DUTRA, Pablo L. **Auditoria e a Eficácia do Controle Interno na Administração Pública.** Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k207752.pdf> Acesso em: 15/10/2014

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **AUDITORIA CONTÁBIL.** 4ª ed. Atualizada. São Paulo: Atlas, 2011.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa.** 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009.

GOMES, Elaine D.; ARAÚJO, Ademilson F. de; BARBOZA, Reginaldo J. **AUDITORIA: Alguns aspectos a respeito de sua origem.** Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/xza6N0w4fqVM1H2_2013-4-24-11-13-58.pdf> Acesso em: 06/10/2014

HICKMANN, Tomás. **Auditoria Interna e Controles internos nas Instituições Financeiras**. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25745/000751828.pdf?...1.>>

Acesso em: 15/10/2014

HOOG, Wilson; CARLIN, Everson. **Manual de Auditoria Contábil**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2009. p.385.

JUNIOR, José. **Auditoria de Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Fernando, et al. (29 de 01 de 2010). **A Controladoria em Instituições Financeiras: Estudo de Caso no Banco do Nordeste do Brasil S.A.** Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 43-72, jan./mar. 2011.

LOPES, Hilton. **Os escândalos financeiros e os mecanismos de controle**. Revista Brasileira de Contabilidade, v.34, n.153, p.33-49, maio/jun. 2005.

MARTINS, Gilberto. **Manual Para Elaboração de Monografias e Dissertações**, 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

PORTAL DA PROFISSÃO CONTÁBIL: **Escrituração Contábil**. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/685/escrituracao-contabil/>. Acesso em: 24/09/2014

RIAAHI-BELKAOUI, Ahmed. **Accounting theory**. 4nd ed. London: Thomson Learning, 2000.

ROSÁRIO, Everton. **RELAÇÃO ENTRE AUDITORES INDEPENDENTES E AUDITADOS: Um estudo de caso em uma entidade fechada de previdência complementar**. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294063>. Acesso em: 12/08/2014

SANTI, Paulo. **Introdução à Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1988

SILBER, Simão. **A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008**. Revista USP, n.85, p.82-93, mar./mai. 2010.